

JORNAL

DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO



ANO 12 / Nº 43

MAIO 2017

Psicologia, Educação e Cidadania

QUE PROJETOS DE PODER ESTÃO EM
DISPUTA NO ESPAÇO ESCOLAR E DE
QUE FORMA A PSICOLOGIA PODE ATUAR
NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES
CRÍTICAS E AUTÔNOMAS?

EVENTO

Ato em desfecho da Luta Anti-
manicomial ocupa praça no
Centro do Rio
p. 04

ARTIGO

Professoras da UERJ
apontam o que está por trás do
desmonte da universidade
p. 06

ENTREVISTA

A psicóloga Márcia Badaró
fala sobre crise no Sistema
Prisional brasileiro
p. 10

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------|--------------|
| EDITORIAL | p. 03 |
| LUTA ANTIMANICOMIAL | p. 04 |
| ARTIGO ESTHER ARANTES | p. 06 |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | p. 08 |
| DIA INTERNACIONAL DA MULHER | p. 09 |
| SISTEMA PRISIONAL | p. 10 |
| ARTIGO | p. 12 |
| ESPAÇO ORIENTAÇÃO | p. 14 |
| CINEMA | p. 15 |
| ARTIGO ÂNGELA SOLIGO | p. 16 |
| CAPA | p. 18 |
| DIVERSIDADE SEXUAL | p. 24 |
| EDUCAÇÃO INCLUSIVA | p. 26 |
| ESCOLA SEM PARTIDO | p. 28 |
| LAICIDADE | p. 29 |
| BAIXADA FLUMINENSE | p. 30 |
| REGIÃO SERRANA | p. 31 |
| NORTE-NOROESTE FLUMINENSE | p. 32 |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS | p. 33 |
| INFORMES DAS COMISSÕES | p. 34 |

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

R. Delgado de Carvalho, 53 - Tijuca
CEP: 20260-280 - Tel./Fax: (21) 2139-5400

Diretoria Executiva

Diva Lúcia Gautério Conde (Crp 05/1448), Presidente
Marília Alvares Lessa (Crp 05/1773), Vice-Presidente
Achilles Miranda Dias (Crp 05/27415), Secretário
Rodrigo Acioli Moura (Crp 05/33761), Tesoureiro

Conselheiros Efetivos

Alexandre Nabor Mathias França (Crp 05/32345)
Cíntia De Sousa Carvalho (Crp 05/40996)
Juraci Brito Da Silva (Crp 05/28409)
Patrick Sampaio Braga Alonso (Crp 05/32004)
Paula Land Curi (Crp 05/20409)
Roberto Stern (Crp 05/1700)
Roseli Goffman (Crp 05/2499)
Rosilene Souza Gomes (Crp 05/10564)
Simone Garcia Da Silva (Crp 05/40084)
Sílvia Ignez Silva Ramos (Crp 05/28424)
Thiago Melicio (Crp 05/35915)

Conselheiros Suplentes

Eliana Olinda Alves (Crp 05/24612)
Evelyn Rebouças De Gouvêa (Crp 05/41205)
Fabiola Foster De Azevedo (Crp 05/42893)
Giovanna Marafon (Crp 05/30781)
Ismael Eduardo Machado Damas (Crp 05/42823)
Janaina Sant'Anna Barros Da Silva (Crp 05/17875)
José Henrique Lobato Vianna (Crp 05/18767)
Juliana Gomes Da Silva (Crp 05/41667)
Maria Da Conceição Nascimento (Crp 05/26929)
Michele Da Silva Mota (Crp 05/ 31331)
Mônica Valéria Afonso Sampaio (Crp 05/44523)
Paula Kwamme Latgé (Crp 05/ 38749)
Rita De Cássia Louzada (Crp 05/11838)
Saulo Oliveira Dos Santos (Crp 05/31988)
Viviane Siqueira Martins (Crp 05/ 32170)

Comissão Editorial

Roseli Goffman (Crp 05/2499)
Alexandre Nabor Mathias França (Crp 05/32345)
Diva Lúcia Gautério Conde (Crp 05/1448)
Rosilene Souza Gomes (Crp 05/10564)
José Novaes (Crp 05/980)
Fernanda Haikal Moreira (Crp 05/34248)

Redação, Edição e Fotos

Felipe Simões, jornalista responsável (MTb 31728/RJ)

Projeto Gráfico e Diagramação

Julia Lugon

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Contato: ascom@crprj.org.br

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

PIXABAY.COM

As relações da Psicologia com a Educação datam do século XIX. Ela entra exatamente na formação superior nos cursos de Direito e de Medicina e, na escolarização, então chamada secundária, no Colégio Pedro II e nos Colégios Episcopais desde pelo menos 1856, como nos ensinam as pesquisas de Massimi (1990) e Vechia & Lorenz (1998).

No início do século XX, a criação do *Pedagogium*, como setor do Instituto de Educação no Rio de Janeiro, marca o início da aplicação de métodos e técnicas psicológicas para avaliar dificuldades de aprendizagem e que, até os anos 60, será uma marca da contribuição da Psicologia à Educação.

A partir daí, as teorias do desenvolvimento humano passaram a ser tema fundamental na formação de professores, nas Escolas Normais e nos cursos de Pedagogia. Os autores são citados – Piaget, Vygotsky, Wallon, Freud, Winnicott, Gardner, Skinner – e estão presentes em todos os concursos públicos para professores como referências bibliográficas e compoem as narrativas educacionais.

De nossa parte, podemos dizer que a Psicologia também tem se enriquecido neste processo? Temos in-

vestigado o rico espaço que é uma escola, em seus vários níveis de escolarização? Temos nos dirigido a um cotidiano onde se aprende ou não, onde se ensina ou não, onde o desenvolvimento se mostra em todas as suas etapas, seguindo seu percurso ou sendo dificultado por incompreensões, onde múltiplas relações e laços sociais se formam, onde valores éticos e morais se formam, afetos, pautas de sociabilidades, experiências de dor e alegria, tensões e prazeres, e, para além, onde se encontra o mundo em aulas, livros, exercícios, conversas, por entre as salas de aula, corredores, pátios? O que tem a Psicologia aprendido deste universo pleno de vida, espaço primordial de produção de subjetividades?

Neste número, dedicado à Psicologia e à Educação, o jornal do CRP-RJ objetiva abrir uma interlocução que traga para nós, psicólogas e psicólogos, a necessária implicação *psi* com o mundo da Educação. Qual o real sentido de um sistema educacional pautado no princípio da inclusão? O que isso significa para todo o processo social, econômico, político do país? O que significa, para um povo, desde a Educação Infantil, o convívio com as diferenças? De que diferenças estamos falando ao estabelecer a inclu-

são como princípio organizador da Educação Brasileira?

De outro lado, está em disputa um outro projeto educacional que propõe exatamente romper com o mundo escolar, pautado no compromisso de formar e desenvolver o pensamento crítico, pelo contato com a diversidade da produção de teorias e seus conceitos. A Reforma do Ensino Médio surge como uma outra política pública para a educação de jovens. A promessa de atender interesses de alunas e alunos não se coaduna com a realidade das escolas brasileiras. Que objetivos educacionais estão sendo propostos a adolescentes e jovens?

Desejamos que esta seja uma boa leitura e que abra perspectivas de pesquisas, estudos e ida em busca dos espaços de desenvolvimento da vida que são as escolas e seus processos educativos. O CRP-RJ nos desafia a resistir e a participar nas lutas que aproximem a Psicologia das Políticas Públicas para a Educação brasileira. ●

MASSIMI, M. História da Psicologia Brasileira, da época colonial até 1934. São Paulo: EPU, 1990

VECHIA, A; LORENZ, K.M. (orgs) Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira, 1850-1951. Curitiba: Ed. do Autor, 1998

GRANDE TARDE DA LUTA ANTIMANICOMIAL CONCENTRA CENTENAS DE MILITANTES, PROFISSIONAIS E USUÁRIOS DE SAÚDE MENTAL NO CENTRO DO RIO

ATO FOI ORGANIZADO PARA MARCAR A IMPORTÂNCIA DO DIA NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL.

Na data em que o Brasil celebra o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, 18 de maio, centenas de militantes, profissionais, usuários de Saúde Mental e seus familiares ocuparam a Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro, para comemorar os 30 anos de Luta Antimanicomial no Brasil.

Organizado pelo Núcleo Estadual de Luta Antimanicomial – com apoio do CRP-RJ, entre outras instituições –, o Ato “30 anos de luta: resistindo sem temer” contou com diversas atividades culturais e artísticas que marcaram a importância da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Na grande tarde da Luta Antimanicomial, o protagonismo foi dos usuários de Saúde Mental, que promoveram diversas intervenções e apresentações musicais, teatrais e de dança, mostrando que a loucura não pertence ao manicômio.

Performances do bloco “Loucura Suburbana” e do grupo musical “Harmonia Enlouquece”, ambos compostos por usuários e ex-usuários de Saúde Mental, animaram e descontraíram o público presente.

Profissionais e militantes de Saúde Mental, como o psiquiatra Paulo Amarante, também presente no ato, fizeram discursos de apoio à Reforma Psiquiátrica e de defesa a um modelo terapêutico e assistencial que acolha os sujeitos em sofrimento psíquico sem discriminá-los e criminalizá-los.

Outros profissionais de Saúde Mental também denunciaram a grave situação de precarização dos equipamentos da rede e das condições de trabalho. Diversos presentes fizeram intervenções criticando os novos modelos manicomial vigentes revestidos de práticas de cuidado, como as Comunidades Terapêuticas. Entre uma atração e outra, gritos de “Fora, Temer!” e “Saúde não se vende, loucura não

se vende” mobilizaram os participantes do ato.

O CRP-RJ marcou presença neste que é um dos mais importantes eventos do calendário da Psicologia, representado por sua conselheira-presidente, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), pelos conselheiros Alexandre França (CRP 05/32345) e Roseli Goffman (CRP 05/2499), e pela assessora de Políticas Públicas, Fernanda Haikal (CRP 05/34248).

Importantes personalidades da Psicologia e reconhecidos militantes da Luta Antimanicomial brasileira, como Eduardo Mourão Vasconcelos (CRP 05/32652) e Ademir Paceli (CRP 05/3148), também estiveram presentes no ato. ●

Da esq. para dir.: Diva Conde, Eduardo Mourão e Alexandre França



ARQUIVO CRP-RJ



Ato em favor da Luta Antimanicomial ocupa a Cinelândia, no Centro do Rio

18 DE MAIO: UM DIA DE LUTA PARA A PSICOLOGIA!

CONFIRA ABAIXO A ÍNTEGRA DA NOTA DIVULGADA PELO CRP-RJ EM SEU SITE E MÍDIAS SOCIAIS EM HOMENAGEM A ESSA IMPORTANTE DATA.

O dia 18 de maio, que há 30 anos marca o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, é, antes de mais nada, um dia de luta. Um dia em que psicólogas (os), demais profissionais de Saúde, usuários e familiares devem ocupar as ruas e praças das cidades brasileiras para defender as diretrizes da Reforma Psiquiátrica como modelo assistencial em Saúde Mental.

A Lei nº 10.216 de 2001, que decretou o fim dos hospitais psiquiátri-

cos no Brasil e a implementação de serviços territoriais substitutivos, representou um marco fundamental para a área, apontando um horizonte das mudanças há décadas pretendidas.

Mas só a lei não basta. A Psicologia precisa estar unida e vigilante, pois o manicômio não está apenas no interior dos muros das instituições totais. O manicômio, muitas vezes, está presente em nossas práticas cotidianas de sujeição e estigmatização do sujeito em sofrimento psíquico.

A Psicologia tem um compromisso ético de continuar sua luta pela desinstitucionalização total e irrestrita, rompendo com as amarras da camisa de força e derrubando os muros que por séculos enclausuram a loucura.

Mais do que nunca, não podemos esquecer que sem SUS (Sistema Único de Saúde) não há Reforma Psiquiátrica. Por isso, a Psicologia não pode estar isenta na luta por uma saúde pública que seja de fato universal, gratuita e de qualidade. Somente assim estarão assegurados os importantes avanços obtidos nas últimas décadas no campo da Saúde Mental.

Nesse 18 de maio, o CRP-RJ convida as (os) psicólogas (os) do estado do Rio de Janeiro a continuarem engajadas (os) na luta e na militância pelo fortalecimento do SUS e da Política Nacional de Saúde Mental. ●

UERJ VIVA

POR ESTHER ARANTES,
HELIANA CONDE E
ESTELA SCHEINVAR

PROFESSORAS DA UERJ

ARTIGO

PROFESSORAS APONTAM O QUE ESTÁ POR TRÁS DO PROCESSO DE DESMONTE DESSA IMPORTANTE UNIVERSIDADE PÚBLICA.

A existência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) está ameaçada por uma política de governo que, de forma declarada, a vê como um entrave a seus intentos elitistas e privatizantes. A situação não é nova – há dez anos, pelo menos, professores, alunos e funcionários vêm lutando pela manutenção de uma UERJ pública, popular, libertária e de qualidade –, mas se agravou enormemente desde o ano de 2016: a propalada “ausência de recursos” do Estado para o financiamento da Universidade escamoteia, desde então, o fato de que qualquer gestão econômica é, em primeira instância, uma política; além do mais, aparenta fazer da UERJ uma espécie de “balão de ensaio” de pretensões muito mais generalizadas

de privatização nos campos da educação e da saúde. “Eu sou você amanhã”, já dizia uma antiga (e assustadora) propaganda. Nesse sentido, ao convocar pessoas e instituições, não apenas do Rio de Janeiro, mas do Brasil e da comunidade internacional, a lutar juntos por resistência ao “desmonte” da Universidade Pública, a UERJ também procura mostrar o quanto a situação por ela vivida é uma condensação das forças que configuram a biopolítica neoliberal contemporânea.

Criada em 1950, a UERJ é um dos patrimônios culturais do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Com uma sede (*campus* Maracanã) e 13 unidades externas – *campi* regionais, Colégio de Aplicação (CAP), Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), Policlínica Piquet Carneiro (PPC) e Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI) –, reúne mais de 7 mil trabalhadores estáveis,

mais de mil contratados e mais de 40 mil estudantes, da educação básica à pós-graduação. Além de ser, ou justamente por ser, local de formação para profissionais de Saúde, o HUPE é um dos maiores e melhores hospitais do Rio, com mais de 500 leitos, 10 mil internações/ano e cerca de 180 mil consultas ambulatoriais especializadas/ano. Já a PPC é responsável por mais de 200 mil consultas/ano e cerca de 8 mil cirurgias ambulatoriais/ano.

Para além do volume e da qualidade de serviços, dos empregos e das práticas de formação, a UERJ se caracteriza por seu compromisso com a diversidade cultural e com os movimentos de enfrentamento da pobreza: orgulha-se de ter sido a primeira universidade pública do Brasil a adotar o sistema de cotas (hoje, quase 30% do corpo discente) e de acolher, cotidianamente, os mais diversos movimentos sociais, políticos e



MANIFESTO DA CRP-RJ EM DEFESA DA UERJ

No dia 19 de janeiro, o CRP-RJ divulgou em seu site, mídias sociais e informativos on-line um manifesto de apoio à UERJ. A íntegra da “Nota de apoio à UERJ e repúdio ao desmonte da universidade pública” pode ser conferida pelo link <www.crpj.org.br/site/nota-de-apoio-a-uerj-e-repudio-ao-desmonte-da-universidade-publica/>.

científicos. Com isso, ela estabelece alianças que irradiam uma certa cultura: aquela comprometida com as lutas pela liberdade e pela democracia em nosso país.

Apesar de tudo isso, o governo do estado do Rio de Janeiro prioriza, quanto à UERJ, a política de sucateamento, tentando fazê-la, digamos, morrer à míngua. Os cotistas (cerca de 10 mil) não vêm recebendo a bolsa-permanência que lhes é devida e que lhes permite, efetivamente, frequentar a Universidade, suprimindo despesas com transporte, alimentação e material didático. Já os professores e funcionários concursados – incluindo aqui os aposentados – convivem com enormes atrasos e/ou parcelamento de salários e com o não pagamento do décimo-terceiro de 2016. Os professores terceirizados somam meses a fio sem remuneração e os técnicos terceirizados estão sempre sob a ameaça de não

receberem seus salários e perderem os seus postos de trabalho. Eventuais bolsas de pesquisa conquistadas pelos docentes, de responsabilidade da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa – FAPERJ (também sucateada), igualmente sofrem atrasos sem quaisquer justificativas por parte dos órgãos responsáveis. Por fim, mas provavelmente não como último capítulo, por falta de pagamento do governo do Estado às empresas que fornecem alimentos e serviços de limpeza, tanto o bandeirão da Universidade – por cuja relativamente recente implantação a comunidade uerjiana tanto lutou – se encontra fechado, como os serviços de limpeza e manutenção dos prédios, comprometidos.

Cumprе reiterar, portanto, que a situação hoje vivida pela UERJ acompanha, por um lado, as diretrizes de um governo que despreza os serviços públicos destinados à popula-

ção e, paralelamente, investe em alianças espúrias, outorgando isenções fiscais a empresas sem qualquer relevância social e garantindo altas rendas aos grupos financeiros e empresariais que lhe dão suporte. Por outro lado, o abandono a que a Universidade se encontra presenteemente submetida apenas prolonga, embora com intensidade exponencial, a política conduzida, há dez anos, pelo mesmo grupo que governa hoje o estado do Rio de Janeiro – aliado, por sinal, à direção central da UERJ até 2015, a qual conduziu a universidade enfrentando grandes movimentos internos que alertavam para a tendência ao desmonte, à precarização e à privatização.

Porém, com o apoio indispensável de todos aqueles que defendem uma universidade pública, popular, libertária e de qualidade, a UERJ resiste! ●

NÃO AO DESMONTE DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA: RESISTIR É PRECISO E LUTAR, MAIS QUE NECESSÁRIO!

POR JULIANA GOMES DA SILVA (CRP 05/41667)

PSICÓLOGA E CONSELHEIRA-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CRP-RJ

Vivemos um momento de retrocessos em nosso país marcado por muitas mudanças desfavoráveis às (aos) trabalhadoras (es), tais como propostas de reforma na previdência social, flexibilização da CLT e dos contratos de trabalho e congelamento de gastos públicos, o que certamente impactará na qualidade dos serviços prestados à população.

Investimentos essenciais como saúde, educação, assistência social, segurança pública e previdência estão sendo veiculados pelo governo como gastos supérfluos e de fácil corte. Políticas sociais que estavam em pleno desenvolvimento estão sob risco de não serem executadas e, até, de se extinguirem.

Nesse contexto, temos o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja conferência nacional em 2015 teve como tema “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026”. Dois anos depois, vemos essa política retroceder em pontos cruciais.

Atualmente, há uma política nacional denominada “Criança Feliz”, que tem como embaixadora a primeira-dama do Brasil, qualificada apenas como “mãe e com todos os predicados para atuar no SUAS”.

O programa vem recebendo duras críticas de profissionais, pesquisadores e militantes da área por representar um retrocesso em questões que já haviam avançado, como

o retorno do “primeiro-damismo”, a “desprofissionalização” do SUAS e a vigilância às famílias mais vulneráveis da população.

"Nessa maré de desconstrução da seguridade social, não podemos cochilar: resistir é preciso e lutar, mais que necessário!"

O programa consiste em visitas para “ensinar” às famílias como cuidar dos seus filhos na primeira infância, provocando uma mistura de papéis nas políticas de seguridade, visto que parte do que vai ser levado pelos “visitadores” são informações do âmbito da saúde.

Ademais, os visitadores não necessitam ter formação profissional. Diversos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social negaram o programa por entender que ele desvirtua a política e retrocede os avanços e o respeito às famílias, tutelando e culpabilizando individualmente o sujeito pelas mazelas sociais do país.

A história, porém, fica mais complexa quando pensamos que o ministro de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) é um médico, apesar de a política em questão estar voltada para o desenvolvimento social e a Medicina não constar nos documentos do próprio MDSA como profissão afim desta área. Além disso, ressalta-se que o próprio MDSA transforma o “Sistema” em “serviço” e faz menção a profis-

sionais não tipificados na NOBRH em uma de suas propagandas.

No estado do Rio, essa mistura de atribuições das seguridades já começou. Lutamos contra ao desmonte da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e de políticas importantes para o estado, a exemplo das políticas voltadas aos Direitos Humanos, ao combate ao racismo e à homofobia. Mas a Assistência Social foi agregada à pasta da Saúde e o tripé da seguridade social ficou bípede.

Essa confusão, é claro, é intencional e tem como objetivo a retirada de direitos sociais, afiançados constitucionalmente e que só se tornaram concretos e inscritos em lei depois de muita mobilização da população e de profissionais.

Nessa maré de desconstrução da seguridade social, não podemos cochilar: resistir é preciso e lutar, mais que necessário! Afinal, direito não é favor e, como diz Dom Tomás Balduino: “Direitos Humanos não se pede de joelhos, exige-se de pé”.

Contato com a Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ

Entre em contato conosco pelo e-mail compsisuas@crprj.org.br e participe de nossas reuniões mensais abertas à categoria! Nossas reuniões acontecem sempre na última 5ª feira de cada mês às 19h na sede do CRP-RJ. No primeiro semestre deste ano, os próximos encontros serão nos dias 25 de maio e 29 de junho. Venha e fortaleça a nossa luta! ●

8 DE MARÇO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

NO MÊS EM QUE SE MARCA ESSA IMPORTANTE DATA, O CRP-RJ PROMOVEU UMA AGENDA DE EVENTOS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA DEBATER JUNTO ÀS (AOS) PSICÓLOGAS (OS) E ESTUDANTES POSSÍVEIS FORMAS DE ENFRENTAMENTO ÀS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. CONFIRA ABAIXO.

CICLO DE PALESTRAS “PSICOLOGIA E RESISTÊNCIA: A LUTA DAS MULHERES”

A partir de um esforço conjunto entre as universidades UFF, FAMA-TH e Universo em parceria com o CRP-RJ, foram promovidos, no Rio e em Niterói, vários debates sobre as conquistas e desafios das mulheres nos últimos anos. Denominada “Psicologia & Resistência: a luta das mulheres”, a atividade foi coordenada pela conselheira do CRP-RJ e professora da UFF Paula Land Curi (CRP 05/20409).

Ao todo, cerca de mil pessoas participaram dos debates nos quatro dias de atividades. Psicólogas (os), ativistas, antropólogas (os), cientistas sociais, dentre outros, abordaram temas como aborto, prostituição, violência sexual e a questão LGBT.

No dia 17 de março, esse importante debate aconteceu na sede do CRP-RJ com participação das palestrantes Nympha do Amaral, psicanalista e professora do curso de especialização em Psicanálise e Saúde Mental no Instituto de Psicologia da UERJ, Ludmilla Fontenele, assistente social, professora da UFRJ e pesquisadora na área de Saúde Reprodutiva e Prevenção da Violência Sexual, e Anna Paula Uziel, psicóloga, professora da UERJ e coordenadora do

LIDIS (Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos).

A cobertura completa dessa mesa está disponível em nosso site pelo link: <www.crprj.org.br/site/debate-psicologia-e-resistencia-a-luta-das-mulheres-reune-psicologas-os-e-estudantes-na-sede-do-crprj/>.

III SEMINÁRIO “VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS” ACONTECE NA BAIXADA

A Comissão Gestora do CRP-RJ na Baixada Fluminense, em parceria com o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres de Nova Iguaçu e a Casa de Cultura de Nova Iguaçu, realizou, no dia 22 de março, em Nova Iguaçu, o III Seminário “Violências Contra a Mulher e Políticas Públicas”. Psicólogas (os) e estudantes lotaram o local do evento para debater, pensar e articular ações estratégicas no enfrentamento à violência contra a mulher.

O evento recebeu o apoio também da Superintendência dos Direitos da Mulher de Nova Iguaçu, além dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres da Baixada e do Centro Integrado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência da Baixada (CIAM).

A primeira mesa do evento teve como tema “Mulheres Encarceradas”. A palestrante foi Márcia Badaró (CRP 05/2027), psicóloga aposentada da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), atualmente conselheira do Conselho Federal de Psicologia e conselheira do CRP-RJ entre 2004 e 2010.

O segundo debate teve como tema “Violência contra a Mulher Negra e Trans”, com participação de Elizete Lopes (CRP 05/34578), psicóloga e coordenadora no CIAM /Baixada, e Vanessa Andrade, psicóloga do CEP-PLIR (Centro Estadual de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos).

Ao final do debate, foram prestadas homenagens a oito mulheres pelas suas valiosas contribuições sociais na construção dos avanços nas políticas de garantia de direitos para as mulheres. Encerrando o evento, Josy Lozada, atriz, contadora de história e integrante de diversos movimentos sociais, recitou algumas poesias referentes às lutas e desafios das mulheres na realidade contemporânea.

A cobertura completa do evento está disponível em nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/iii-seminario-sobre-violencias-contraa-mulher-e-politicas-publicas-acontece-na-baixada/>. ●

“O PROBLEMA DO SISTEMA PRISIONAL É CULTURAL, ESTRUTURAL E POLÍTICO”, AFIRMA PSICÓLOGA

Um sistema deficitário no número de vagas disponíveis e abundante no índice de encarceramento. Esse é o retrato do Sistema Prisional do Brasil, um país que ostenta a 4ª posição no ranking das nações que mais encarceram no planeta.

O recente massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), no Amazonas, e os demais que se seguiram no Amapá e no Rio Grande do Norte expuseram de forma devastadora as fragilidades há décadas enfrentadas pelo Sistema Prisional, deixando bem claro a falência da política de encarceramento em massa dirigida especialmente às camadas “perigosas” da população: jovens negros, pobres, moradores das periferias urbanas, social e economicamente vulnerabilizados.

Em conversa com o **Jornal do CRP-RJ**, Márcia Badaró Bandeira (CRP 05/2027), psicóloga aposentada da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), conselheira do CRP-RJ entre 2004 e 2010 e conselheira do Conselho Federal de

Psicologia, falou um pouco mais sobre essa questão.

Que diagnóstico você faz da atual situação do Sistema Prisional brasileiro?

O problema do Sistema Prisional é cultural, estrutural e político. A cultura punitivista que assola o país vende a ilusão de que a prisão garante a segurança da sociedade. Pessoas amontoadas em condições degradantes, expostas a todo tipo de doenças e sem qualquer assistência, submetidas a constantes atos de violência do próprio Estado, sairão da prisão certamente em condições muito piores do que entraram. Ou seja, violência gerando violência, um ciclo que não termina. Como representante do CFP, participei, em janeiro, de reuniões em Manaus sobre o ocorrido no COMPAJ e na cadeia pública Raimundo Vidal. Estive reunida com a representantes da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e do Conse-

lho Nacional de Direitos Humanos e com autoridades dos poderes Executivo e Judiciário, além de familiares das vítimas do massacre. Pode-se constatar a total negligência do Estado, pois tratava-se de uma tragédia anunciada pelo relatório do MNPCT, de 2015, e pelas cartas dos presos a seus familiares pedindo socorro. Segundo esses familiares, essas correspondências foram enviadas às autoridades, mas nenhuma providência imediata foi tomada. É preciso lembrar que a unidade prisional do Amazonas era privatizada a custos gigantescos para o Estado. Merece, portanto, uma investigação séria e criteriosa.

Esse cenário que você aponta ajuda a explicar a escalada da violência em diversos presídios brasileiros?

Sim. À medida que o Estado não cumpre o seu papel de custodiar os presos em condições dignas de cumprimento da pena, o gerenciamento das prisões fica a cargo das facções criminosas, reproduzindo

o que acontece fora das prisões com o agravante de estarem todos confinados em condições desumanas e de insuportável convivência.

A privatização vem sendo defendida pelo Estado como forma de ampliar a eficácia na gestão do Sistema Prisional. Porém, como você mesma lembrou, o COMPAJ era, desde 2014, gerido por uma empresa privada. Essa tragédia no presídio do Amazonas põe em xeque esse projeto de privatização?

Isso só veio a ratificar o que já tem sido dito por especialistas em segurança pública desde o final da década de 1990, quando o tema foi introduzido no Brasil por influência da política norte-americana de tolerância zero. No caso do COMPAJ, segundo informações obtidas nas reuniões de que participei em Manaus, a empresa responsável pela administração e gestão da unidade não cumpriu com vários itens do contrato firmado com o Estado, entre eles o número reduzido de agentes penitenciários por plantão. Em audiência pública realizada em novembro de 2015 na ALERJ sobre a privatização dos presídios, foram apontados pelo Ministério Público vários problemas na terceirização dos serviços nas unidades prisionais do Rio, cujos contratos apresentavam informações discrepantes do que se via na prática e a custos exorbitantes para o Estado. Esses fatos têm demonstrado a falácia da privatização das prisões, desmascarando as promessas de mais eficácia, maior economia para o Estado e garantia de "ressocialização" para os presos.

Fale um pouco, por favor, sobre a situação das unidades prisionais no estado do Rio de Janeiro.

A situação em nosso estado também é crítica. No evento de lançamento da "Frente Estadual pelo Desencarceramento", em 26 de janeiro, depoimentos de familiares destacaram as violências cotidianas a que são submetidos os presos e familiares, as precárias condições das unidades, já exaustivamente apontadas pelo Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário (FPSSP) e pelos vários relatórios do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT). Em relação à saúde da população carcerária, relatório de 2016 do MEPCT e da Justiça Global aponta: "A atenção à saúde do preso é um fracasso (...), os ambulatórios das unidades são extremamente precários em suas ações, recursos humanos e materiais". Desde 2011, o FPSSP denuncia o proble-

"A cultura punitivista que assola o país vende a ilusão de que a prisão garante a segurança da sociedade".

ma da tuberculose nos presídios. De acordo com a Pastoral Carcerária, "o sistema prisional brasileiro tem 28 vezes mais incidência de casos de tuberculose que a população em geral". Fato que torna o problema em questão de saúde pública. Enfim, tudo visto e dito e nenhuma mudança, pois os recursos são sempre destinados à área da segurança.

Em sua avaliação, qual deve ser o papel da (o) psicóloga (o) nesse espaço?

O momento é muito difícil para que os psicólogos possam ter um outro papel que não o de realizar o Exame Criminológico. Enquanto o número de presos só aumenta, o quantitativo de profissionais é

cada vez menor. Segundo dados da Defensoria Pública, há cerca de 600 pedidos de exame criminológico em apenas uma unidade. Essa realidade prejudica a atenção à saúde mental da população carcerária. Acredito que a maioria dos psicólogos reconhece a ineficácia do Exame Criminológico e desejam realizar outras práticas, mas alegam que o exame é o que garante o lugar do psicólogo no Sistema Prisional e, conseqüentemente, o emprego, o que, a meu ver, é um equívoco.

O que é o Fórum Permanente de Saúde do Sistema Penitenciário (FPSSP-RJ) e qual tem sido a importância da atuação do CRP-RJ nesse movimento?

O CRP-RJ é protagonista dessa história. O Fórum é um movimento social criado em 2011 a partir de uma audiência pública realizada pelo CRP-RJ diante das denúncias do Conselho Estadual de Saúde sobre uma verba de valor considerável destinada à saúde da população prisional, retida no Fundo Estadual de Saúde sem a aplicação devida. A secretaria-executiva do Fórum é composta por representantes do CRP-RJ, dos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN-4), de Serviço Social (CRESS-7ª região) e da Associação dos Servidores da Área de Saúde e Assistência Penitenciária (ASSAP). Seu caráter é político, propositivo e de atuação permanente, onde as decisões são tomadas pelas entidades e movimentos sociais ligados ao tema. Até 2016, o Fórum realizou 15 eventos, e as parcerias com o Ministério Público e a Defensoria Pública resultaram em ações importantes, como a desativação do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. Recentemente, o Fórum também conquistou uma vaga no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. ●



CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA EXPERIÊNCIA DE CUIDADO

POR ÉRICA LOUREDO DO PASSO (CRP 05/35024) E ANDRÉA PAOLA MOURE (CRP 05/45119)

PSICÓLOGAS DA EQUIPE DE REFERÊNCIA INFANTO-JUVENIL PARA AÇÕES DE ATENÇÃO AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (ERIJAD) DA PREFEITURA DE NITERÓI

Recentemente, acompanhamos diversas notícias sobre a “maré cinza” da cidade de São Paulo, onde o prefeito João Dória, vestido com roupas de funcionários da limpeza municipal, apagou com tinta cinza as pichações e grafites que cobriam os muros. A ação faz parte do Programa Cidade Linda, que prevê a pintura de muros e reparo de calçadas nos bairros da cidade.

Esse evento de conhecimento público nos convoca a pensar essa cena como uma pantomima das lógicas conservadoras que falam de uma estética do que deveria ser público e descartam a ética impressa pelas histórias humanas que atravessam e marcam esses espaços. Novos formatos de higienismo, costumeiramente travestidos de cuidado, que

invadem os territórios e desconstroem identificações.

Trataremos deste assunto a partir da experiência de trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua. Essa prática começa em Niterói a partir da preocupação e o movimento-deslocamento de uma equipe. Essa equipe se chama ERIJAD, que surgiu a partir de uma portaria intersetorial assinada pelos secretários de Saúde e Assistência Social no ano 2008, dispondo sobre a “constituição de uma Equipe de Referência Infanto-Juvenil para ações de atenção ao uso de álcool e outras drogas - ERIJAD e dando outras providências” (Niterói, Portaria Conjunta SMAS/SMS N°01/08).

Inicialmente, o local de trabalho era o CAPSad. A ERIJAD ali localizava absorvia demandas e encaminhamentos dos casos de crianças e adolescentes usuários de álcool e outras drogas. Com o tempo, a equipe percebeu que era difícil que essa clientela chegasse ao CAPS: eles chegavam em alguns serviços, mas, quando eram encaminhados para o equipamento de Saúde Mental, não iam.

Diante do empecilho, a equipe se dividiu por frentes de trabalho e os técnicos passaram a se deslocar até esses serviços onde a demanda era recebida inicialmente. Os Conselhos Tutelares foram os principais dispositivos, mas também os Serviços de Acolhimento Institucional, as Escolas, o Consultório na Rua, entre outros. A equipe construía trajetórias a partir das crianças e adolescentes atendidos, transitando pelos dispositivos onde eles tinham passagem, o que possibilitou o entendimento de que a rede se constrói a cada caso.

Assim, a equipe passou a circular pelos serviços e pela cidade e, nesse movimento, nos encontrávamos com uma clientela que não era trazida pelas famílias ou vizinhos, muitas vezes chegavam pela polícia, por queixas dos comerciantes ou pelo incômodo que causavam. Essas crianças e adolescentes viviam em situação de rua.

Segundo a Resolução Conjunta CNAS/Comanda N° 1 de dezembro de 2016, no Artigo 1º, podemos “definir como crianças e adolescentes em situação de rua os su-



jeitos em desenvolvimento com os direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados pela sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros”.

Cada uma daquelas crianças carregava marcas da história que os fizeram chegar às ruas. Situações de negligência, violência, abuso, separações e uma série de intervenções equivocadas. Alguns vinham de outros municípios e encontravam nesta cidade o seu lugar. Ao conhecer cada uma das histórias, passamos a transmiti-las aos serviços e colegas. E ao puxar o fio das biografias, identificamos

teias de atravessamentos entre os casos, pontos de conexão desconhecidos, laços imprevisíveis: Marcos veio para a rua buscando a sua mãe e seu irmão; Jessica fugiu do abrigo porque passou a namorar Marcos; Pedro é o irmão de Joaquim que é o melhor amigo do irmão de Marcos. E, assim, as vidas iam se desenhando e, à medida que os conhecíamos, eles iam existindo, aparecendo, tornavam-se visíveis para a rede de cuidado da qual fazíamos parte.

Entretanto, a chegada deles nessa rede nunca foi muito fácil. Costuma-se dizer que eles andam em bando. É assim que conseguem chegar. É como se, cientes de sua pequenez e fragilidade, eles se acoplassem feito “megazord” [do desenho animado *Power Rangers*, robô gigante composto por cinco robôs menores] e, ao estilo Capitães de Areia, se conectam, se protegem e formam um corpão, maior e mais forte. Desse jeito conseguem sobreviver às adversidades da vida na rua.

Isso para nossos serviços é difícil, tanto no campo da Saúde quanto da Assistência Social, onde fomos

formatados para atendimentos individuais, em *settings* específicos e com horário marcado. Essa apresentação provoca as equipes, elas são instigadas a mudar modos de funcionamentos, saberes prévios e preconceitos. Esse encontro coloca sobre a mesa a resistência de cada um para trabalhar com essa população. Nas resistências aparecem exigências para eles: que sejam pontuais, que cheguem sozinhos, que entrem nos consultórios, atendendo às expectativas. Que sejam limpos, ordenados e controlados. Que atendam aos desejos de uma sociedade “linda” que não os concebe como parte e não aceita sua contribuição.

A ERIJAD grifa o efeito nocivo de perseverar nas exigências que não produzem acesso e, além disso, excluem. Precisamos construir outra clínica, outro tipo de abordagem, outro tipo de trabalho nos espaços que eles frequentam e do modo que eles os ocupam. Esse trabalho é nosso, a exigência deve ser para nós, precisamos nos deslocar, entender que acompanhar a trajetória e o movimento deles é o primeiro passo para um possível trabalho. ●



PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

Uma categoria profissional, para ser legitimada como tal e ter seu campo de atuação institucionalizado, necessita de reconhecimento da sociedade. Os Conselhos Profissionais surgem como órgãos que fiscalizam e disciplinam as profissões regulamentadas, sempre pautados pelos seus Códigos de Ética. Estes, por sua vez, expressam uma dada concepção de homem e sociedade, pautados por princípios e normas que se orientam pelo respeito humano e por direitos fundamentais.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo – Resolução CFP nº 010/2005 – é uma norma jurídica, de caráter normativo e regulador de nossa profissão. Ele, além de considerar a Lei nº 5766, de 20 de dezembro de 1971, e o Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977, contempla também a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã.

Atualmente falamos em Psicologia, cujo plural evidencia a diversidade de saberes e fazeres possíveis. E, por isso, não podemos nos furtar em tecer, mesmo que breves, considerações sobre Psicologia & Educação.

Sabemos que a Psicologia está presente na Educação há anos, de várias maneiras, sendo possível, inclusive, afirmar que este foi um importante campo, visto que possibilitou a sua constituição. Sabemos também que, inclusive nas instituições escolares, temos trabalhado na direção de romper com as velhas amarras de nossas origens, que circunscrevem o saber e o fazer do psicólogo como normativo e adaptativo.

O que temos são psicólogos tentando reinventar, criar novos olhares para a Psicologia na Educação através não só de discussões, mas também de seus trabalhos técnicos, sempre sustentados pela ética que nos rege. Contudo, temos visto que tal desafio não é simples. A nossa formação em Psicologia ainda tem cheiro de *formatação* e centra-se numa visão individualista, gerando impactos diversos quer em termos práticos, quer políticos.

Se apostarmos na premissa de que ao psicólogo cabe resistir, insistir no diálogo e na reflexão, dizemos que a ele cabe também implicar-se com a produção de conhecimento e com as demandas da sociedade. E, neste contexto, caberá a ele também se interrogar do que a Psicologia produz.

Lembrando que o nosso Código de Ética é também um instrumento de reflexão, tomamos um de nossos Princípios Fundamentais para colocar em evidência. O Princípio III, dentre outros não menos relevantes, diz: “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural!” na qual nos inserimos.

E hoje, dado o nosso tenebroso e temerário cenário, temos que retomá-lo sempre, analisar precisamente o que chega a nós, *psis*, através das (inúmeras e imprecisas) demandas escolares. Temos sempre que indagar: O que temos produzido? Para quem produzimos? Em nome de que/quem produzimos?

Não podemos esquecer que, por trás dos pedidos que nos chegam, há outros, latentes, porém não menos problemáticos. Por isso, é fundamental que, seja na escola ou em qualquer outro espaço institucional em que atuamos, estejamos atentos à demandas que nos chegam para não cairmos nas velhas armadilhas de normatização de condutas e subjetividades. ●

SESSÃO RECOMENDADA

A CAÇA

Filme:

A caça (*Jagten*)

Produção:

Dinamarca/Suécia
(2012)

Direção:

Thomas Vinterberg



DIVULGAÇÃO CALIFORNIA FILMES

POR JOSÉ NOVAES (CRP 05/980)

PSICÓLOGO E COLABORADOR
DO CRP-RJ

Em uma pequena localidade, Lucas, de cerca de 40 anos, separado de sua mulher com quem vive seu filho adolescente, trabalha numa escola infantil, cuidando principalmente dos meninos. Klara, uma menininha de 5, 6 anos, gosta muito dele: ele a ajuda em certas ocasiões, quando, desorientada, ela tem dificuldades para voltar para casa por não conseguir “pisar nos riscos” das calçadas ou pisos dos aposentos das casas.

Lucas se vê envolvido numa acusação de assédio sexual a Klara, que fez um comentário à diretora da escola, dizendo que não gosta de Lucas após ele, inabilmente, recusar um presente que Klara quis lhe dar, uma bijuteria em forma de coração. Klara se sente desprezada e tece outros comentários

com a diretora, associando Lucas a uma visão que teve de cartões pornográficos que viu com seu irmão adolescente.

A partir daí, cria-se uma teia insidiosa, baseada em preconceitos, em “verdades” estabelecidas (“Klara não estava mentindo; crianças não mentem”, diz a diretora a todos... Como “não mentem”? Nesta idade, simplesmente não distinguem bem fantasia da realidade). Em uma cena que concentra essa construção da “verdade”, a diretora chama o delegado da comunidade e submetem Klara a um interrogatório ignominioso, forçando-a a confirmar aquilo que está em suas mentes. Klara, de início, nega, mas é induzida, obrigada a aceitar a versão dos seus inquisidores; em vários outros momentos, Klara continua negando, diante dos pais, por exemplo. A violência moral e psicológica que se abate sobre a criança nos lembra práticas jurídicas, que

usam préstimos da Psicologia, em uso no Brasil.

O filme acompanha a estigmatização e a segregação de Lucas, o ódio e a violência que sobre ele e os seus se abate: sua cadela é morta, seu filho adolescente que o visitava é agredido, os comerciantes se recusam a vender para ele. Lucas e uns poucos amigos que lhe restam se esforçam para escapar desta rede que o vai constrengendo, isolando, punindo e agredindo.

O final mostra Lucas se reintegrado à comunidade e participando com os amigos de uma caça, o que faziam de costume. A última cena do filme, no entanto, é assustadora e aterrorizante, pois mostra que o espírito do preconceito e do ódio persiste, sorrateiro e pernicioso, e assombra um Lucas ainda vulnerável. É possível, portanto, estabelecer um paralelo com o atual momento em nosso país, com a explosão da intolerância, do ódio e da punitividade. ●

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A BASE COMUM NACIONAL: CONTRADIÇÕES E IMPOSSIBILIDADES

EDUCAÇÃO

POR ÂNGELA SOLIGO

DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE
PSICOLOGIA EDUCACIONAL DA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP

Nos últimos três anos, a partir de proposta do então ministro da Educação, Aloísio Mercadante, e com ampla participação da sociedade, profissionais e entidades da Educação e movimentos sociais, foi concebida a Base Comum Nacional (BNC) para a Educação Básica. A ideia visa garantir que, nas escolas de qualquer região do país, seja assegurado o desenvolvimento de conteúdos e habilidades considerados necessários em cada etapa da escolaridade.

O estabelecimento da BNC visa promover maior equidade e inclusão

por meio do acesso a saberes, condutas e princípios valorizados pela sociedade, orientando a organização dos projetos pedagógicos em uma perspectiva de educação integral voltada à construção da cidadania.

A BNC integra o conjunto de leis que regulam a Educação do país – Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares da Educação Básica –, e deve orientar as políticas de formação de professores, elaboração de materiais e tecnologias educacionais, infraestrutura escolar e avaliação educacional.

São princípios norteadores da BNC: o direito à diversidade e respeito;

o direito a conhecimentos na área socioambiental; o acesso a conhecimentos e desenvolvimento de pensamento criativo, crítico-analítico e de capacidade de argumentação, de diálogo e proposição de ações. Para o Ensino Médio, as dimensões que orientam a organização curricular, segundo a BNC, são trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Os conhecimentos esperados para essa etapa incluem as linguagens – português, uma segunda língua, arte e corpo; a matemática; as ciências da natureza – física, química, biologia; e as ciências humanas – história, geografia, sociologia, filosofia. Esses são concebidos de forma articulada, garantindo o aces-

so a saberes que preparem para o mundo e para o futuro de forma ativa, participativa e consciente.

Em meados de 2016, o atual ministro da Educação, Mendonça Filho, estabeleceu novo projeto para o Ensino Médio por meio de Medida Provisória (MP), agora sancionada pelo presidente Michel Temer. Não repetirei aqui as reiteradas críticas ao recurso da MP para definir uma política nacional e o caráter antidemocrático dessa medida, já que não resultou de diálogo com a comunidade escolar. Vale a pena, no entanto, conhecer o que se propõe para a educação da juventude brasileira, de forma especial para a maioria de jovens da classe trabalhadora que frequenta a escola pública.

Segundo a MP, o Ensino Médio deve organizar-se segundo os eixos linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. De acordo com a proposta, embora se encaminhe para a ampliação da carga horária e para a adoção do ensino em tempo integral, os estudantes poderão, na segunda metade da etapa, optar por diferentes percursos de formação; terão, portanto, formação básica diferenciada de acordo com suas escolhas. Parece bom? Porém, aqui cabem algumas indagações: serão suficientes três semestres letivos para se trabalhar com os cinco eixos estruturantes de modo a fornecer ao aluno condições para uma escolha bem orientada e fundamentada? Podemos afirmar, com base em pesquisas com estudantes que abandonam o curso superior, que não. O pouco tempo para o desenvolvimento dos cinco eixos certamente imporá aligeiramento e superficialidade.

Além disso, a própria medida facultada às escolas definirão que eixos ofertarão, ou seja, as escolas não são obrigadas a oferecer os cinco eixos.

Mas, então, essa escolha não é bem escolhida, já que o leque de ofertas pode ser reduzido e nenhuma delas corresponder às expectativas dos alunos em uma escola. Então, na prática, a ideia de livre escolha fica descartada, o que pode resultar em frustração, necessidade de mudança de escola e evasão. Problema que a MP prometia resolver, mas que, de fato, vai aprofundar.

Outro elemento é a possibilidade de que se conte, no conjunto de experiências de aprendizagem do núcleo diversificado, a experiência prática em atividades de trabalho e cursos profissionalizantes frequentados pelos estudantes em sistemas paralelos. Isso, na prática, além de representar inserção privatista no campo da política pública, resulta em sequestro de possibilidade de acesso aos conhecimentos historicamente valorizados pela humanidade. Portanto, o que parecia ampliar, em essência, reduz.

Como ficam os estudantes da escola pública que desejam frequentar uma universidade pública? O vestibular unificado não mudou. Então, enquanto os estudantes das escolas privadas continuarão tendo acesso ao mesmo conjunto de conhecimentos amplos que são valorizados nas formas de ingresso à universidade, os da escola pública os terão reduzidos e, em muitos casos, não terão acesso a eles. E, pior, estarão sendo induzidos a ingressar prematuramente no mundo do trabalho.

Derrubam-se os princípios da BCN em nome de uma modernização que, de fato, nos leva ao passado de extrema exclusão promovido pelas reformas educacionais da ditadura militar. A consequência óbvia é reduzir as possibilidades de acesso da juventude da classe pobre às universidades. A uma juventude já exposta a muitas formas de exclu-

são, impõe-se agora o sequestro de seus sonhos e futuro.

Quais as consequências dessas mudanças para professoras (es) do Ensino Médio? O que a oferta de algumas, e não todas as opções, acarreta para seu trabalho? Sindicatos e entidades da Educação já apontaram o problema que se anuncia: necessidade de deslocamentos para várias escolas para compor carga horária que suporte seu salário, maior diversidade de matérias, mais tempo dispendido, mais cansaço.

Na propaganda massiva que invadiu as mídias abertas, o governo menciona experiências bem-sucedidas, aparentemente semelhantes, em países como o Canadá. Mas não menciona que, nesses países, um dos fatores em comum diz respeito às boas condições de trabalho e salário dos professores, o que estamos longe de alcançar.

Um projeto que desconsidera professoras (es), que não os ouve e não propõe melhorias em suas condições de trabalho, que “vende” à juventude a ideia de liberdade ao mesmo tempo em que sequestra seus direitos, não está fadado ao fracasso. Ao contrário, representa o sucesso do conservadorismo, da exclusão, do neoliberalismo selvagem, da desigualdade estruturante que marca nossa sociedade.

E nós, a Psicologia, o que temos a dizer sobre isso? Como pensar uma Psicologia do compromisso, socialmente relevante, que se cala ou até aplaude acriticamente essas medidas? Cumpre-nos, como ciência do humano, implicada na vida e no direito à singularidade, ao pleno desenvolvimento da pessoa como sujeito do/no mundo, a defesa de nossas juventudes, de seus direitos sociais e subjetivos – seu direito de sonhar, desejar e construir o futuro. ●

PSICOLOGIA, E CIDADANIA

CAPA

DE QUE FORMA NÓS, PSICÓLOGAS (OS), PODEMOS CONTRIBUIR PARA QUE A ESCOLA SEJA FERMENTO DE VIDA, POTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO? COMO A PSICOLOGIA PODE ESTAR INSERIDA NESSE ESPAÇO, FOMENTANDO O RESPEITO À ALTERIDADE EM TEMPOS DE TANTA INTOLERÂNCIA ÀS DIFERENÇAS?

A Educação tem ocupado, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, uma posição central na agenda nacional de debates sobre a construção de um modelo de desenvolvimento econômico, social e cultural que inclua, de modo efetivo, democrático e igualitário, todas as parcelas da população. De lá para cá, muitas políticas públicas, voltadas principalmente à Educação Básica, foram pensadas, debatidas e implementadas em nível federal, estadual e

municipal. Assim, foram constituídos importantes marcos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394 de 1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que determina, a cada dez anos, as diretrizes a serem seguidas e as metas a serem alcançadas nesse campo.

No começo do século XXI, os debates voltados à Educação tornaram-se um verdadeiro pomo da discórdia, recrudescendo um cenário

macropolítico de tensões, disputas e divisões. De um lado, setores ligados a determinados grupos religiosos tentam apropriar-se da Educação para consolidar um projeto conservador de poder em que importantes temas e debates serão criminalizados e banidos do espaço escolar. De outro, grupos ligados ao alto empresariado nacional tentam emplacar um modelo de Educação tecnicista e privatizado, ajustado às demandas do capitalismo neoliberal e nada comprometido com a construção da autonomia e da consciência crítica dos estudantes.

No epicentro dessa guerra de trincheiras, as vozes roucas, porém ainda potentes, de professores, pedagogos, educadores e estudantes

EDUCAÇÃO DANIA

fazem-se ouvir na defesa insistente de um projeto de Educação libertário e democrático que rompa com os grilhões impostos por esse modelo de sociedade patriarcal, autoritário, racista e desigual.

Como resultado, a Educação tem sido alvo intermitente de investidas legislativas, judiciais e de instituições privadas, fazendo com que uma verdadeira avalanche de projetos de lei desemboque nas câmaras municipais, assembleias legislativas e no próprio Congresso Nacional.

O problema é que, a exemplo da própria reforma do Ensino Médio recentemente sancionada pelo presidente Temer, a maioria desses

projetos de lei, ao pautar mudanças de ordem curricular, pedagógica ou organizacional, pouco conversam com a realidade das escolas brasileiras e com as reais demandas do corpo docente e discente. Com isso, joga-se uma cortina de fumaça nos problemas estruturais da Educação brasileira, tais como o subfinanciamento da rede pública, os altos índices de evasão escolar, a qualidade do ensino, a redução do número de estudantes por turma, a remuneração dos professores e a precariedade das instalações escolares, entre outros.

Assim, diversas questões são postas à nossa reflexão. Como pensar a escola para além dos muros dos processos de ensino-aprendiza-

gem? Como efetivar práticas pedagógicas que favoreçam, no espaço escolar, encontros, diálogos e afetos? De que forma nós, psicólogas (os), podemos contribuir para que a escola seja fermento de vida, potência e transformação? Como a Psicologia pode estar inserida nesse espaço fomentando o respeito à alteridade em tempos de tanta intolerância às diferenças?

Outros olhares sobre a escola

Antes de pensar o papel da escola na formação de subjetividades e a inserção da Psicologia nesse processo, é preciso, inicialmente, investigar que tipos de forças atuam nesse espaço. Em um olhar mais

superficial, poderíamos dizer que a escola brasileira parece agonizar, imersa num ciclo vicioso de queixas e fracassos que produz adoecimentos, sofrimentos e desencontros. Corpo docente mal remunerado e subvalorizado de um lado, estudantes desinteressados e indisciplinados de outro.

Dentro dessa perspectiva fatalista – muito conveniente àqueles que decretam a falência da escola e a necessidade de privatização imediata da Educação –, a Psicologia parece se encaixar em um único papel: o de “salvadora da pátria”. Isto é, a (o) psicóloga (o) escolar é chamada (o) a intervir, a partir das queixas e encaminhamentos de professores e coordenadores, na aplicação de testes e avaliações a fim de diagnosticar um suposto problema e intervir propondo uma solução pontual.

Na avaliação de Lygia de Sousa Viégas, psicóloga, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e membro do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, “ainda é dominante na prática de psicólogos um olhar psicologizante, patologizante e, portanto, medicalizante das queixas escolares”.

Conforme explica, ainda é bastante comum ver psicólogas (os) escolares atuando nesse espaço a partir de uma perspectiva clínica e individualizante pautada no diagnóstico de supostas doenças para justificar a não-aprendizagem dos alunos, invisibilizando questões sociais, pedagógicas e institucionais.

A psicóloga Marisa Lopes da Rocha, professora associada do Departamento de Psicologia da UERJ, mestre em Filosofia da Educação e doutora em Psicologia Social, afirma que “o projeto educacional

está ancorado em uma visão cognitivista e assistencial, ou seja, em um desenvolvimento técnico e generalista e em cuidados e prevenção, produzindo um ritmo único do ensinar-aprender, normalizando/normalizador”.

“A escola é o único equipamento coletivo que reúne gente em meio a uma sociedade que separa. Conviver não é fácil, é uma arte que requer experimentação de afetos, discordâncias, conflitos, aproximações e distâncias”.

Marisa Rocha

Segundo ela, a indisciplina é apontada pelos educadores como um dos problemas mais difíceis de equacionar em sala de aula. “As queixas de indisciplina e violência vêm aumentando, levando muitas vezes a escola a priorizar a disciplina educacional, gerando expectativas normalizadoras. É fundamental destacar que, quando a questão disciplinar passa a ser o eixo norteador do processo educacional, os antagonismos recrudescem, as técnicas de controle se ampliam, assim como os adoecimentos e encaminhamentos, inviabilizando outros modos possíveis de convivência”.

Para Marisa Rocha, “é importante evidenciar que a indisciplina na escola é uma ação que não está descontextualizada, podendo ser entendida como forma de expressão das instituições implicadas em certos modos de pensar e fazer edu-

cação. Essa lógica, atravessada na vida escolar, tem provocado, como um de seus efeitos, o adoecimento de professores e o encaminhamento de muitos alunos para especialistas”.

“Os mecanismos que trabalham tendo como meta acabar com a indisciplina descentram o professor da experiência da ambiguidade do lugar que ocupa e, consequentemente, da possibilidade de, junto com os alunos, produzir regras comuns e trabalhar a violência implicada em seu papel. O lugar do professor é estabelecer limites para que a classe seja um campo de afetação e provocação em que o contato com o aluno não é um pré-requisito, mas uma conquista. Quando o modo de organização do trabalho escolar e o lugar do professor não entram em discussão, o que se impõe é a hierarquia como legitimação da autoridade estabelecida. Como a soberania somente se mantém através da violência, podemos compreender melhor de que modo a indisciplina, como fenômeno de resistência à ordem, é produzida sistematicamente por toda a comunidade escolar”, argumenta a professora da UERJ.

Essa percepção míope da escola como espaço em profunda crise legitima discursos de normatização de condutas e individualização de problemas de ordem conjuntural. Esses discursos associam a não-aprendizagem a algum tipo de distúrbio do aluno ou de sua família. É esse olhar medicalizante que, ao transformar a diferença e a pluralidade em algo tóxico para o ambiente escolar, corrobora a produção do “fracasso escolar” e parece validar de modo equivocado a presença da (o) psicóloga (o) nas escolas.

“Chama atenção o contingente de crianças e adolescentes encami-



nhados aos serviços de Psicologia em função de seus padrões de comportamento ou de aprendizado não atingirem as expectativas da escola. Observo que as pessoas não procuram apenas o serviço de Psicologia para as dificuldades cotidianas e escolares de seu filhos, mas também em busca da validação da ideia de que possuem algum ‘transtorno mental’, explica Luísa Damasceno, psicóloga e mestre em Psicologia pela UFF.

“Tem se tornado cada vez mais recorrente pais e professores procurarem o psicólogo educacional a fim de obter respostas que ofereçam uma explicação de fundo biológico ao ‘comportamento agitado da criança’, a sua indisciplina, ao porquê de suas ‘dificuldades escolares’”, argumenta ela. “Dessa forma, questões de diferentes or-

dens (sociais, históricas, pedagógicas, familiares e política – multifatoriais, portanto) passam a ser reduzidas, por um senso-comum, a problemas individuais orgânicos”.

Portanto, fica claro que, dentro desse caleidoscópio de problemas, queixas e fracassos que rotula a escola e engessa suas engrenagens, é fundamental a Psicologia pensar para além da lógica do adoecimento que parece contaminar as relações produzidas nesse espaço. Nesse sentido, se dispensássemos outro olhar sobre a escola, que será que encontraríamos? Se instigássemos nosso olhar para a complexidade das forças que atuam e a dinamicidade das relações que são tecidas nesse espaço, que outros papéis poderíamos, a partir daí, supor para a Psicologia?

“Na perspectiva crítica, com a qual me identifico, vamos entender que o fracasso escolar é resultado de um processo bastante complexo e que, portanto, deve ser analisado em sua complexidade. É preciso considerar questões históricas, políticas, econômicas, sociais, institucionais, pedagógicas e relacionais como dimensões essenciais no enfrentamento das dificuldades vivenciadas por professores, gestores, estudantes e familiares na construção da experiência escolar”, sinaliza Lygia Viégas.

Para ela, “o essencial é dialogar com a realidade específica na qual a demanda se constitui. O psicólogo precisa compreender tais demandas de forma complexa e evitar ocupar o lugar de quem sabe resolver os problemas da escola, caminhando na direção de criar par-

cerias com os educadores, estudantes e familiares na construção de práticas democráticas e sensíveis ao sofrimento de todos os envolvidos na demanda”.

“Precisamos considerar a escola como um território complexo e denso no bom sentido da palavra: nela, ao mesmo tempo em que somos engolidos, podemos ser criativos. Tenho apostado que as contradições presentes no chão da escola são o ingrediente essencial para sua transformação. E é com esse olhar e essa escuta que adentro as escolas: buscando não apenas sua fraqueza, mas sua força”, defende a psicóloga.

De acordo com Luísa Damasceno, a (o) psicóloga (o) escolar deve estar atenta (o) para “escapar a essa lógica padronizadora, normalizadora e segregadora que atravessa os canais midiáticos, as relações pais-filhos e as expectativas da escola frente às dificuldades de seus alunos”. Segundo ela, “o psicólogo educacional deve envolver em sua análise todos os atores do sistema educacional. Isso quer dizer que o objeto de sua intervenção está para além das questões individuais do aluno”.

“Acho interessante exercitarmos um outro olhar, uma outra escuta de acolhimento dessas ‘queixas escolares’ que nos chegam como demanda. E rever com muito cuidado o hábito de encaminhar aos serviços de saúde e a consultórios qualquer criança que apresenta um comportamento ou uma aprendizagem que não corresponde às expectativas”, defende.

Luísa Damasceno destaca ainda a importância da interdisciplinaridade no encaminhamento das demandas escolares. Para ela, “o exercício da interdisciplinaridade possibilita a abertura de um outro olhar”.

“A inclusão de todos os alunos, independentemente de suas necessidades, na rede regular de ensino coloca em questão os déficits do setor educacional para gerenciar isoladamente as demandas surgidas. O trabalho intersetorial envolvendo educação, saúde, assistência social, entre outras áreas, é imprescindível”, argumenta.

“Há diferentes possibilidades de diálogo entre a Saúde e a Educação. Acredito na potencialidade do profissional de Educação em desautorizar essas invasões do discurso medicalizante, psicologizante, psicanalisante, muitas vezes mascaradas como ‘interloquções’ e ‘trabalhos em rede’. O que deve interessar ao trabalho em rede são os modos de subjetivação do aluno, do paciente. Nesse sentido, é importante que se possam traçar as circunstâncias em que se compuseram, que forças se atravessam e que efeitos estão se dando a cada nova intervenção”, afirma a psicóloga.

Educar para fazer pensar ou para fazer calar?

Como podemos ver, a tensão macropolítica do atual momento vivenciado em nosso país permeia o cotidiano escolar, influencia os encontros e relações ali constituídos e afeta diretamente as subjetividades que se vão constituindo nesse espaço. Enquanto políticas públicas voltadas à garantia de direitos sociais são progressivamente precarizadas, outras, de cunho conservador, vão sendo construídas como instrumento de institucionalização de determinados projetos de poder.

Diante disso, cabe indagar: que proposta de Educação está sendo efetivamente pensada para as

crianças e os adolescentes brasileiros: uma educação para a liberdade, que corrobora a autonomia do sujeito, ou uma educação tecnicista, que aprisiona a diferença e silencia o pensamento crítico? A tomar pelo projeto de lei conhecido como “Escola sem Partido”, está em curso, com cada vez mais força política em nosso país, um projeto de Educação que anula a escola como campo de diálogo, coletivização, experimentação e exercício de respeito à alteridade.

Não à toa, a escola finca bandeiras de resistência, metabolizando, como há muito não se via, uma intensa agenda nacional de mobilização de professores, estudantes e familiares frente à dureza dos tempos que seguem. Escolas são ocupadas pelos estudantes e pela comunidade, professores organizam greves gerais, corpo docente e discente unidos por uma escola que eduque para a liberdade, não para o silenciamento.

Esse cenário certamente implica a prática da Psicologia no campo da Educação, uma vez que o que está em jogo são as subjetividades que serão constituídas no espaço escolar. A Psicologia estará na escola afiançando sujeitos autônomos, estimulados ao pensamento crítico e capazes de, no convívio com a diferença, estabelecer relações sociais e institucionais saudáveis, ou corroborando o ajustamento dos sujeitos às demandas do mercado, tornando-os alheios a essa cadeia de produção de alienação em massa e insensíveis às violências e ao aprisionamento da liberdade?

“A escola é o único equipamento coletivo que reúne gente em meio a uma sociedade que separa, que produz subjetividades atravessadas por medo e isolamento. Conviver não é fácil, é uma arte que requer

experimentação de afetos, discordâncias, conflitos, aproximações e distâncias. Se consideramos que a escola se constitui como um aparelho de normatização da subjetividade, ou seja, tendo como função principal homogeneizar e disciplinar a diversidade de formas de inserção na vida, podemos verificar que a indisciplina, de fato, é inerente a esse processo como fenômeno de resistência, de afirmação da diferença”, afirma Marisa Rocha.

“O caminho é provocar um campo de experimentação, tarefa que não diz respeito apenas ao psicólogo numa perspectiva institucional, mas que, sem dúvida, é seu objetivo primeiro quando começa um trabalho”, analisa a professora da UERJ.

“Sustentar tal prática é um desafio. Como favorecer a multiplicidade de narrativas do/no cotidiano para a produção de outras maneiras de

entender, sentir e agir? Deparamo-nos com muitos impedimentos, algumas adesões imediatas à aventura dos encontros, outras não tão imediatas, olhares curiosos, olha-

“O psicólogo educacional deve envolver em sua análise todos os atores do sistema educacional. Isso quer dizer que o objeto de sua intervenção está para além das questões individuais do aluno”.

Luísa Damasceno

res de descrédito em relação à proposição de pensar o que se passa e colocar em análise as implicações com o que se faz. E, aos poucos, a

percepção da escola como um bloco fechado às mudanças cede lugar à dimensão da complexidade onde a escola não é mais um edifício, mas um território existencial em que a diversidade de vínculos e de ações faz diferença”, afirma.

Por isso, é importante que a Psicologia direcione um outro olhar para a escola, tentando compreendê-la não como um território cristalizado de normas, condutas, burocracias e fluxos institucionais. É preciso não naturalizar a escola como um universo de produção de fracassos e tensões, visto que a escola é um embrião de diversidade e, afinal, onde há diferença, há também embates. Romper, de forma crítica e interdisciplinar, com os paradigmas adaptacionistas e normatizadores ainda presentes no universo escolar, voltando seu olhar e sua escuta para a potência da multiplicidade: esta deve ser a bússola ética da Psicologia Escolar e Educacional. ●

CONSIDERAÇÕES DO CRP-RJ SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 557/2013

Apresentado no Senado em dezembro de 2013, o Projeto de Lei nº 557/2013 dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da rede pública de Educação Básica. A matéria encontra-se atualmente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

O CRP-RJ divulgou, no final de 2016, uma nota pública posicionando-se contra a aprovação desse projeto de lei por considerar que ele se baseia no modelo de inserção da (o) psicóloga (o) nas escolas a partir de uma atuação essencialmente clínica que desconsidera não apenas a realidade escolar brasileira como também a grande produção acadêmica e científica da Psicologia Escolar e Educacional.

Para ler a íntegra do documento divulgado pelo CRP-RJ, acesse nosso site pelo link: <www.crpj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/12/consideracoes-PL-557.pdf>.



“DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO É UMA REALIDADE E, POR ISSO, NÃO PODE ESTAR AFASTADA DA SALA DE AULA”

EM ENTREVISTA AO JORNAL DO CRP-RJ, PROFESSORA DO IFRJ DEFENDE A INCLUSÃO DO DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NAS ESCOLAS.

Polêmica, mas necessária. Assim podemos definir a inclusão dos debates sobre diversidade sexual e de gênero na escola desde a Educação Infantil, uma proposta rechaçada com veemência pelos setores mais conservadores da nossa sociedade.

Porém, a adoção de práticas pedagógicas que abordem em sala de aula identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade pode ser um potente antídoto contra a discriminação e a violência (física e psicológica) de gênero, fomentando nos estudantes o respeito e a tolerância à diversidade.

Para falar um pouco sobre esse tema, o **Jornal do CRP-RJ** conver-

sou com Jaqueline Gomes de Jesus, psicóloga e professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

Por que debater diversidade sexual e de gênero na sala de aula?

A educação acontece de forma integral. A inclusão desse debate é uma proposta não apenas de se transmitir informações e conhecimento em nível cognitivo, mas também práticas, atitudes e reflexões que trabalhem com a dimensão afetiva dos alunos, formando cidadãos que se reconheçam em seus direitos fundamentais. O que acontece em nossa sociedade é que, em virtude do histórico moral e religioso que recebemos da tradição judaico-cristã que nos constitui, discutir diversidade sexual e de gênero tem sido uma questão interdita na vida social. A escola tem esse papel de refletir sobre o mundo que está aí posto. Diversidade sexual e de gênero é uma realidade e, por isso, não pode

estar afastada da sala de aula. Esse debate é fundamental e, normativamente falando, é uma discussão que deve estar presente na educação desde a mais tenra idade, considerando as particularidades de compreensão de cada indivíduo conforme o seu desenvolvimento psicossocial. Em nossa sociedade, não se discutem os papéis de gênero, não se debate a violência de gênero que ocorre pela naturalização das discriminações. E a escola pode ajudar no enfrentamento desse quadro de machismo, homofobia, transfobia e todo o tipo de violência que vivemos.

Por que a proposta de adoção de práticas pedagógicas e conteúdos curriculares que contemplem esse debate desde a Educação Infantil incomoda tanto?

Exatamente porque vivemos numa tradição milenar religiosa e moral

de interdição não apenas do sexo e da relação sexual, mas também do corpo das pessoas. Conhecer e entender o seu corpo e rediscutir os papéis que lhe são atribuídos, tudo isso é interdito. Este é um grande desafio: mudar a concepção social de silenciamento e de violência na forma como se tratam as discussões sobre gênero e sexualidade.

Você acha que as escolas e os professores, de modo geral, estão capacitados para lidar com essa questão?

Não. Até porque o principal não é a capacitação, pois temos disponível muita produção bibliográfica a esse respeito. O grande desafio é a questão conjuntural: as escolas, o governo, os diretores e os professores entenderem que essa capacitação é fundamental e deve ser abordada na escola. Mesmo que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabeleça a educação sexual para abordar gênero nas escolas, a tradição conservadora e violenta que vivemos impõe aos professores que isso não deve ser discutido.

Dados do MEC mostram que é alarmante o índice de evasão escolar entre crianças e adolescentes transexuais. O que provoca essa situação?

Todo esse contexto de violência e discriminação nas escolas, acentuado em relação às crianças e adolescentes trans. Essa criança e esse adolescente são impedidos inicialmente de ser quem são na escola; de conviver com os demais estudantes de forma igualitária; de usar espaços de uso comum de acordo com o gênero com o qual se reconhecem; não são chamados e atendidos a partir do nome e do gênero com o qual se identificam.

Na prática, não é o jovem transgênero que desiste da escola: ele é expulso da escola, atormentado, violentado, agredido (muitas vezes fisicamente). E o entendimento dos pais, responsáveis, professores e demais trabalhadores da escola é muito deturpado a respeito dessa situação: tem-se a concepção de que se deve mudar essa criança e esse adolescente. Esse é o movimento mais agressivo e pernicioso, que influencia não apenas a evasão escolar como também os índices de suicídio e/ou tentativa de suicídio, quatro vezes maiores entre esses jovens. O correto é criar um ambiente de segurança na escola para que esses jovens possam ser quem são, para que possam vivenciar sua identidade de gênero da forma como se identificam e reconhecem.

"Em nossa sociedade, não se discutem os papéis de gênero, não se debate a violência de gênero que ocorre pela naturalização das discriminações".

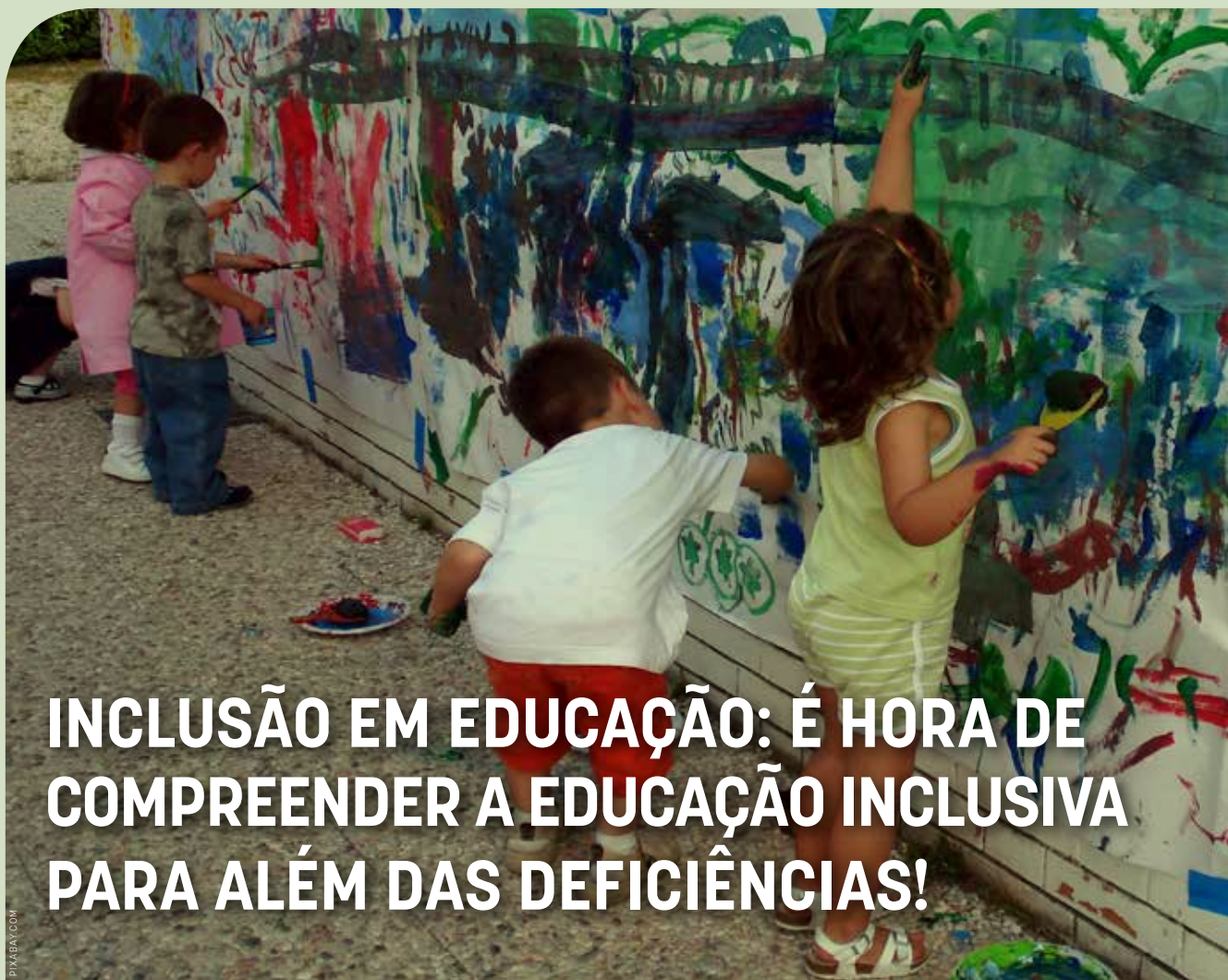
A adoção de programa pedagógico que inclua esse debate na escola pode ajudar a evitar esse quadro de evasão?

Existem muitos programas pedagógicos de inclusão desse debate. Há toda uma legislação nacional e internacional acerca da inclusão desse debate na escola. A questão é as escolas, a família e a comunidade reconhecerem a importância desse debate porque os programas já existem. É claro que esses programas são importantes para evitar a

evasão escolar das crianças e adolescentes transgêneros, mas eles são mais importantes para mostrar ao corpo docente e técnico como valorizar a diversidade humana, reconhecendo a si próprios como pessoas que são diversas também, afinal diferente não é só o outro!

De que forma a (o) psicóloga (o) pode desempenhar uma intervenção potente nesse contexto?

Saindo do nível técnico e tático simplesmente, pois, muitas vezes, nossa formação profissional nos leva a responder a demandas com testes, avaliações e intervenções pontuais em vez de avaliar o contexto de aprendizagem e de relações sociais no espaço escolar. O desafio da (o) psicóloga (o) na questão de gênero é conhecer as políticas da instituição escolar e pensar estratégias para estabelecer espaços de liberdade onde se possa debater essa temática, criando segurança para as pessoas, independente da sua identidade de gênero. É importante reconhecer que as discussões sobre sexualidade e gênero não são do interesse apenas das pessoas que não são heterossexuais ou cisgêneras. Também as pessoas heterossexuais e as cisgêneras precisam valorizar a liberdade de vivência do gênero, reconhecer o direito à vida das pessoas transgêneras e o direito da livre expressão da orientação sexual de lésbicas, gays e bissexuais. Os psicólogos têm muito a contribuir nesse campo, promovendo discussões e buscando se capacitar porque, em geral, nossa formação ainda é muito precária em gênero e sexualidade, como infelizmente acontece em quaisquer formações de nível superior em nosso país. Essa é uma questão, sobretudo, cultural. ●



INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO: É HORA DE COMPREENDER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALÉM DAS DEFICIÊNCIAS!

POR MÔNICA PEREIRA DOS SANTOS (CRP 05/21534)

PROFESSORA ASSOCIADA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFRJ, FUNDADORA E COORDENADORA DO LAPEADE (LABORATÓRIO DE PESQUISA, ESTUDOS E APOIO À PARTICIPAÇÃO E À DIVERSIDADE EM EDUCAÇÃO)

Existem diferenças cruciais entre três conceitos: educação especial, movimento integracionista e movimento inclusivista em educação. A ideia deste modesto ensaio é fazer ver à/ao leitor(a) que tratam-se de três coisas diferentes, embora entrecruzem-se na história e, em alguns países, cheguem mesmo a ser confundidos como sinônimos, como é, lamentavelmente, o caso do Brasil.

A educação especial tem sido tradicionalmente compreendida como

um conjunto de técnicas pedagógicas e didáticas a serviço da educação de pessoas com deficiências. No Brasil, segundo a Lei Brasileira de Inclusão, aprovada em 2015, este grupo inclui qualquer pessoa que tenha impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Esta modalidade de educação, segundo se observa historicamente, foi organizada, em seu início, com o objetivo de educar os sujeitos com deficiência para que se ajustassem à sociedade. Vinculada a um modelo clínico, e muito em parte in-

fluenciada pelos avanços nas ciências médicas, a educação especial aparece como uma forma de reintegrar aqueles sujeitos com deficiência que eram diagnosticados como "educáveis" à sociedade, posto que, até o presente, viviam em isolamento clínico ou asilar. Este movimento ficou conhecido como integracionista e foi o modelo predominante na educação especial até o final dos anos 1980.

Nos anos 1990, na Europa, e em particular na Inglaterra, um forte movimento liderado pelos ativistas com deficiência em favor da substituição do então chamado modelo integracionista de educação de pessoas com deficiências pelo de inclusão tomou força e repercutiu



em várias políticas públicas. Como foi dito, o modelo integracionista previa que as pessoas com deficiência se ajustassem à sociedade. Em contrapartida, o movimento pela inclusão propunha que a sociedade se ajustasse às particularidades de cada sujeito, independentemente de terem ou possuírem alguma condição diferenciada, como, por exemplo, uma deficiência. Este movimento refletiu-se em plano mais amplo ao ser traduzido em algumas declarações lideradas pela UNESCO, como "Educação Inclusiva" (*Inclusive Education*), ao se referirem aos direitos educacionais de pessoas com deficiências.

A despeito da importante inversão de lógica proposta pelo movimen-

to e do estreito vínculo ao campo da educação especial, cabe assinalar que o princípio de inclusão jamais se limitou ao campo das deficiências. A inclusão, como um movimento político e como um paradigma filosófico, é fortemente fundamentada na ideia de Direitos Humanos, e, neste sentido, constituiu-se um enorme contrassenso utilizar a expressão como mero substitutivo para educação especial.

O movimento pela inclusão pode ser datado, em termos de seus princípios éticos, políticos e de direitos sociais, ao movimento negro estadunidense, movimentos étnico-culturais de povos colonizados pelos europeus, bem como aos movimentos de outras (assim chamadas à época) minorias sociais, como, por exemplo, o movimento feminista. O que todos têm em comum são alguns preceitos básicos que hoje compõem a luta pela inclusão social: liberdade de ser e existir sem opressão, participação social plena, reconhecimento de cidadania e direitos sociais, independentemente de aspectos específicos étnicos, culturais, religiosos, de capacidades, de gênero, de orientação sexual, de idade, de condição social, políticos, etc., de cada pessoa.

"A inclusão, como um movimento político e um paradigma filosófico, é fortemente fundamentada na ideia de Direitos Humanos".

Desse modo, inclusão em educação é parte do movimento de inclusão social, que, por sua vez, vincula-se estreitamente aos Direitos Humanos. Está vinculada, ainda, ao conceito de Educação para Todos, que também se constituiu em grande movimento mundial a partir da década de 1990, com a Declaração de

Dakar, que reforça a educação como um direito social e tem influenciado as legislações educacionais em nível mundial.

No Brasil, como em muitos outros países, em especial os da América Latina, tem se tornado costume, lamentavelmente, associar a ideia de inclusão estritamente à educação especial, fazendo com que o termo seja confundido com um movimento que se relacione apenas aos sujeitos com deficiência. Isto se verifica com facilidade ao se analisar as próprias políticas públicas brasileiras, que tratam, inclusive, inclusão social como algo quase diferente de inclusão educacional. Ao se falar em inclusão social, nas políticas públicas, percebe-se a ampliação do foco e a expressão vinculada a legislações e ordenamentos jurídicos vinculados a todos os grupos em situação de desvantagem social e histórica. No entanto, no campo da educação, o termo inclusão fica expressivamente vinculado ao grupo das pessoas com deficiência. A título de exemplo, a única lei brasileira que leva a palavra inclusão em seu título refere-se tão somente a este grupo (a chamada Lei Brasileira de Inclusão - Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de julho de 2015).

É mais do que tempo de reconhecermos a inclusão como parte de um movimento mais amplo, que abrange e reconhece todas as diferenças como igualmente intituladas a qualquer direito social, em nível máximo de participação e usufruto. De outra forma, continuaremos alimentando uma ideia separatista e nada democrática de que as diferenças nos separam também em valor como seres humanos (quem "vale" mais "merece" mais e vice-versa), o que é um absurdo. E pior: correremos o sério risco de continuar naturalizando a justificativa para a criação e/ou manutenção de privilégios em nome de um conveniente e antidemocrático mérito. ●

ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DIZEM "NÃO!" AO PL "ESCOLA SEM PARTIDO"

Um dos expoentes do processo ultraconservador que assola o Brasil nessa segunda década do século XXI, o Projeto de Lei conhecido como "Escola sem Partido" representa, na prática, um plano de fascitização da educação e criminalização do ensino como passaporte para a constituição de subjetividades críticas, criativas e autônomas.

O **Jornal do CRP-RJ** conversou com dois estudantes secundaristas da rede pública de ensino para saber o que pensam a respeito: Carla, de 18 anos, cursa o 6º período do Ensino Médio e Técnico em Química no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) de Duque de Caxias, e Daniel, também 18, cursa o 3º ano do Ensino Médio na FAETEC.

Confira abaixo a íntegra das entrevistas. Os nomes usados nesta matéria são fictícios.

Você conhece o Projeto de Lei conhecido como "Escola sem Partido"? Qual a sua opinião a respeito dele?

Carla: Antes de ocupar minha escola, não tinha ideia do que eram projetos e emendas constitucionais. Hoje, sei que o "Escola sem Partido" é ditadura em sala de aula. Acredito que tenho o direito de expor minha opinião e ouvir opiniões diferentes das que ouço, por exemplo, no meu ambiente familiar. A escola é um lugar que precisa libertar e mostrar ao aluno que existe um

mundo maior do que ele pensa. O "Escola sem Partido" não deixa espaço para isso.

Daniel: Acredito que já existiu "Escola sem Partido": foi a ditadura militar e o AI-5 [Ato Institucional nº 5, de 1969]. A censura ao direito de opinião e de manifestação é um crime que deve ser combatido. O deputado cujo nome não deve ser citado, que encabeçou o PL, é apoiado por uma direita conservadora e ignorante que não entende e nunca vai entender absolutamente nada sobre estrutura pedagógica e educação. Como diz o grande Karnal: "Deveríamos mudar o nome de 'Escola sem Partido' para 'Escola do meu partido e da minha igreja'".

Se o PL for aprovado, que impactos ele teria, na sua opinião, sobre o cotidiano da escola onde você estuda?

Carla: O que mais gosto na minha escola é a liberdade que eu, aluna, tenho para falar, agir e me comportar da maneira que eu achar melhor. Todos os dias, consigo aprender algo novo e, aos poucos, vou construindo minha identidade. Se o "Escola sem Partido" for aprovado, será um retrocesso, e as escolas se tornarão prisões de pensamentos.

Daniel: Os impactos seriam fortes. Imagine se um professor, ao falar da Guerra Fria, cite o nome de Marx e um aluno levanta e fala "Irei

te denunciar!". Seria insustentável, seria impossível de lecionar matérias sociais. Não existe pensamento sem ideologia.

Diversas propostas conservadoras de reforma da educação brasileira têm ganhado destaque, como o PL "Escola sem Partido" e a mudança no Ensino Médio aprovada pelo governo Temer. Nesse cenário, você acha importante a mobilização dos estudantes?

Carla: Mais do que importante, é necessária. Ocupei minha escola contra a PEC 55 e todos esses projetos inconstitucionais. Esses projetos são apenas o começo de algo muito pior que está por vir. A união dos estudantes é a única capaz de não deixar que o Brasil acabe na mão de golpistas corruptos. É exatamente por isto que o "Escola sem Partido" serve, para desestruturar essa força e construir cidadãos que não lutam pelo que querem.

Daniel: A mobilização e a conscientização são importantes em todos os aspectos, principalmente a consciência da participação da vida política. Perdemos muito nesses anos de governo de esquerda em qualidade de consciência e luta. Por muito tempo brincamos de militância. Agora, é necessário largar o manual de como ser politizado e começar a viver a política. ●

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE TITULAÇÃO EM “PSICOLOGIA CRISTÃ”

EM RESPOSTA À GRANDE REPERCUSSÃO GERADA, NO COMEÇO DO ANO, APÓS O PREFEITO DO RIO DE JANEIRO ANUNCIAR A NOMEAÇÃO DE SEU FILHO - AUTOINTITULADO “PSICÓLOGO CRISTÃO” - COMO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL, O CRP-RJ DIVULGOU À CATEGORIA E À SOCIEDADE, EM 7 DE FEVEREIRO, A NOTA DE ESCLARECIMENTO ABAIXO.

POR DECISÃO JUDICIAL, O FILHO DO PREFEITO FOI AFASTADO E IMPEDIDO E ASSUMIR QUALQUER OUTRO CARGO GOVERNAMENTAL NA PREFEITURA DO RIO.

ATÉ O FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO, A POSTAGEM DA NOTA NA PÁGINA OFICIAL DO CRP-RJ NO FACEBOOK TEVE MAIS DE 7.500 CURTIDAS, 700 COMENTÁRIOS E 9.250 COMPARTILHAMENTOS.

CONFIRA ABAIXO A ÍNTEGRA DO ESCLARECIMENTO.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro acompanha com preocupação a proliferação de casos de profissionais que afirmam praticar “Psicologia Cristã”, fato que ganhou notoriedade após a nomeação do novo secretário municipal da Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro, autointitulado “psicólogo cristão”. Diante disso, o CRP-RJ, autarquia federal responsável por orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional da Psicologia no estado do Rio de Janeiro, vem a público prestar alguns esclarecimentos que se fazem necessários.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que, para se intitular psicóloga (o) e exercer legalmente a Psicologia, a (o) profissional deve ser diplomada (o) em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC e devidamen-

te registrada (o) junto ao CRP, conforme estabelecem as leis 4119, de 1962, e 5.766, de 1971.

Em segundo, cabe destacar que a Psicologia engloba uma formação generalista e que, dentro dessa formação, o Conselho Federal de Psicologia reconhece 12 especialidades, técnica e cientificamente validadas, não figurando nessa lista a dita “Psicologia Cristã”.

Por fim, mas não menos importante, ressalta-se que a Psicologia, como ciência e profissão, é laica e deve estar eticamente comprometida com o respeito à liberdade de crença / não-crença do sujeito.

Afirmar a laicidade como princípio ético da Psicologia não significa desqualificar a importância da religiosidade e da espirituali-

dade para o sujeito. Pelo contrário, a Psicologia, como profissão baseada em técnicas e métodos cientificamente comprovados e validados, reconhece que a religiosidade e a fé estão presentes na cultura e participam na constituição da dimensão subjetiva de cada um de nós.

Assim sendo, os princípios e conceitos que sustentam as práticas religiosas são de ordem pessoal e a transgressão desse limiar que separa uma prática privada - no caso, a religião - de uma prática profissional de esfera pública - como é o caso da Psicologia - pode acarretar sérias consequências, comprometendo a atuação da (o) psicóloga (o) e seu compromisso ético e político para com o sujeito atendido, qualquer que seja o espaço e o contexto desse atendimento.

À direita: Representantes do CRP-RJ e do SINDPSI-RJ marcam presença em ato público na Baixada Fluminense. | Abaixo: Psicólogas (os) e estudantes reunidos em evento comemorativo do aniversário de fundação da Subsede Baixada.



COMISSÃO GESTORA DO CRP-RJ NA BAIXADA REALIZA PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA 2017 E APOIA MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS

Para 2017, a Subsede do CRP-RJ na Baixada Fluminense pautou o planejamento de suas ações no apoio aos movimentos sociais e sindicais na região e também na promoção de atividades junto a psicólogas (os), estudantes de Psicologia e profissionais e instituições parceiras.

9º CNP / COREP

Esse planejamento foi feito a partir das deliberações do 9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP), que aconteceu em junho de 2016 em Brasília. As deliberações aprovadas no CNP têm abrangência nacional e devem ser cumpridas por todo o Sistema Conselhos de Psicologia nos próximos três anos (2016-2019). A versão preliminar do caderno das deliberações do 9º CNP está disponível em nosso site pelo link: <www.crprj.org.br/site/category/corep/>.

Em nosso planejamento, consideramos também a demanda apresentada pelas (os) psicólogas (os) presentes nos três Pré-Congressos Regionais de Psicologia realizados

no começo de 2016 em Itaguaí, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

Ações para 2017

Diante disso, iniciamos 2017 com animação, dando continuidade às atividades do ano anterior, integrando ações junto a movimentos sociais e apoiando, em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SINDPSI/RJ), a mobilização de trabalhadores dos diversos municípios da Baixada, tais como o Fórum da Assistência Social na cidade de Belford Roxo e o Movimento Unificado dos Servidores de Nova Iguaçu, este último articulado contra as violações às Políticas Públicas em diversas prefeituras e órgãos estatais na região.

Reuniões semanais

A Comissão Gestora reúne-se semanalmente às terças-feiras, a partir das 17h30min, na Subsede Baixada. A primeira hora dessas reuniões é aberta à participação da categoria, de estudantes e movimentos sociais

mediante agendamento prévio pelo e-mail subsedeni@crprj.org.br.

Agenda de eventos

Segue a programação de eventos prevista para o primeiro semestre de 2017: em março, debate sobre o Dia Internacional da Mulher; em abril, debate sobre a prática clínica; em maio, debate sobre exploração e violência à criança e ao adolescente; em junho, debate sobre refugiados.

Acompanhe a agenda de atividades do CRP-RJ na região em nosso site pelo link: <www.crprj.org.br/site/category/baixada/>.

Comissão Gestora: Mônica Valéria Afonso Sampaio (CRP 05/44523) – Conselheira-presidente; Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170) – conselheira. Colaboradores: Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065), Jacqueline dos Santos Soares (CRP 05/41408) e Erika Barbosa de Araújo (CRP 05/50040).

Contato: subsedeni@crprj.org.br / (21) 2768-0007 / Facebook: Subsede Baixada CRP/RJ. ●



Imagens de divulgação dos eventos promovidos pelo CRP-RJ na Região Serrana no primeiro trimestre de 2017



COMISSÃO GESTORA DA REGIÃO SERRANA INICIA 2017 COM DIVERSAS ATIVIDADES

Em 2016, o CRP-RJ promoveu na Região Serrana eventos distribuídos pelas cidades de Petrópolis, Carmo, Nova Friburgo e Teresópolis. Esses eventos tiveram como objetivo a aproximação com a categoria na região e o debate sobre temáticas relacionadas à prática cotidiana da Psicologia nos diversos espaços.

O plano de ação da Comissão Gestora do CRP-RJ na Região Serrana para 2017 foi construído a partir do levantamento das Pesquisas de Opinião aplicadas ao longo dos eventos realizados e também levando em conta as deliberações do 9º Congresso Nacional e Regional de Psicologia (CNP e COREP) para os próximos três anos de gestão.

Planejamento de 2017

Em janeiro, aconteceu, na Subseção do CRP-RJ em Petrópolis, o primeiro Cine Psi do ano, com tema "Atendimento Clínico à Pessoa com Deficiência". O palestrante foi Ismael Eduardo Machado Damas (CRP05/42823), psicólogo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Petrópolis.

Em fevereiro, foram realizados dois eventos na região. "Envelhecer: a

Psicologia Clínica e suas Peculiaridades" foi o tema de palestra ministrada no município de Carmo por Renata Rosa Costa Farias (CRP 05/45723), psicóloga clínica e especializada em Psicogeriatria pelo IPUB/UFRJ. "Clínica com Crianças" foi o tema de uma mesa redonda que aconteceu em Petrópolis com participação de profissionais de variadas linhas teóricas.

Marcamos presença também no "Simpósio em Avaliação Psicológica da Região Serrana", promovido pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP) em fevereiro em Petrópolis.

Em março, foi apresentado mais um Cine Psi em Petrópolis com o tema "Violência Doméstica", previsto para ser realizado também na cidade de Teresópolis no mês de abril.

Ao longo do ano, estão previstos eventos com as seguintes temáticas: Psicologia e RH, Racismo Institucional, Luta Antimanicomial, Psicologia e Educação, Política sobre Drogas, Psicologia Hospitalar, Laicidade, Medida Socioeducativa, Autismo e Produção de Documentos, entre outros.

CRP nas Universidades

O projeto "CRP nas Universidades" inicia seu segundo ciclo, levando aos estudantes discussões e debates sobre a importância do Sistema Conselhos de Psicologia e sobre temas atuais da Psicologia.

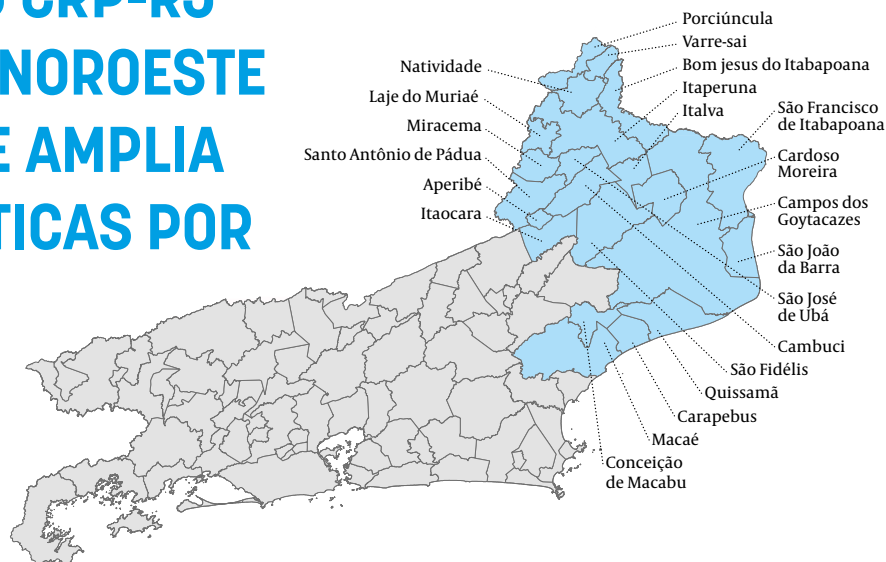
A Comissão Gestora, em parceria com a Universidade Estácio de Sá de Nova Friburgo, promoverá pelo segundo ano consecutivo a Entrega Itinerante de Carteira Profissional no município, com previsão para acontecer em abril e setembro.

Para acompanhar a agenda de eventos e atividades do CRP-RJ na Região Serrana, acesse nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/category/regiao-serrana/> ou fique atento às publicações na página da Subseção da Região Serrana no Facebook.

Comissão Gestora: Ismael Eduardo Machado Damas (CRP 05/42823) - Conselheiro-presidente; Fabíola Foster de Azevedo (CRP 05/42893) - conselheira. Colaboradoras: Débora Esteves Müller (CRP 05/46269) e Victoria Antonieta Tápia Gutiérrez (CRP 05/20157).

Contatos: (24) 2243-0834 / E-mail: subsedepetropolis@crprj.org.br / Facebook: CRP - Subseção Região Serrana. ●

SUBSEDE DO CRP-RJ NO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE AMPLIA AÇÕES POLÍTICAS POR MUNICÍPIOS DA REGIÃO



A Comissão Gestora do CRP-RJ no Norte e Noroeste Fluminense tem ampliado suas ações políticas nos municípios da região e, com a eleição e posse do XV Plenário do CRP-RJ (Gestão 2016-2019), destaca que dará continuidade à agenda ético-política que vem sendo desenvolvida desde 2010 com foco na atuação nas políticas públicas e na garantia dos Direitos Humanos. Confira as principais atividades previstas para 2017.

Ações estratégicas

Em 2017, a Subsede realizará eventos cujas temáticas foram definidas pela categoria nos Pré-Congressos e no Congresso Regional de Psicologia, em 2016, estes que são a maior e mais democrática via de participação dos psicólogos (os) e estudantes do estado do Rio de Janeiro junto à gestão do CRP-RJ.

Assim, entre os diferentes assuntos a serem abordados, alguns dos quais pode-se esperar a discussão nos Cine Debates, rodas de conversa e seminários, são: Avaliação Psicológica e Produção de Documentos em

Psicologia; Identidade, Gênero e Diversidade Sexual; Saúde Mental; Psicologia Clínica; Psicologia e Políticas Públicas; Psicologia e Pacientes Crônicos ou Terminais.

Comissão dos Coordenadores de Cursos de Psicologia

Com o objetivo de articular a qualificação da formação nos cursos de Psicologia na região, a Subsede consolidou a Comissão dos Coordenadores de Cursos de Psicologia, que atualmente possui representatividade de universidades dos municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, Santo Antônio de Pádua e Itaperuna. Espera-se para este ano que a referida Comissão fomente a construção de perspectivas coletivas e ampliadas para a formação *psi*, além de propiciar a realização de eventos conjuntos entre todas as instituições, resultando no intercâmbio de práticas e conhecimentos diversos.

Outras Comissões

Permanecerão em 2017 outras comissões imprescindíveis à implementa-

ção do projeto político do CRP-RJ na região, entre elas: a Comissão de Estudantes, que abarca alunos de graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estácio de Sá e IseCensa; a comissão formada pelas (o) psicólogas (os) colaboradoras (es) do CRP nos espaços de Controle Social, compondo conselhos municipais da região; e a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), representada na Subsede pela psicóloga fiscal que oferece plantões de atendimento e orientação à categoria.

Você pode acompanhar as atividades do CRP-RJ no Norte-Noroeste Fluminense em nosso site pelo link: <www.crprj.org.br/site/category/norte-noroeste/>.

Comissão Gestora: Evelyn Rebouças de Gouvêa (CRP 05/41205) – Conselheira-presidente; Michelle da Silva Motta (CRP 05/31331) – conselheira. Colaboradores: Fátima dos Santos Siqueira Pesanha (CRP 05/9138), Denise da Silva Gomes (CRP 05/41189), Bianca Miranda (CRP 05/4420) e Jéssica Maciel (CRP 05/49890).

Contato: subsedecampos@crprj.org.br / (22) 2728-2057 ●

BALANÇO FINANCEIRO DO CRP-RJ DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

VEJA COMO É EMPREGADO O VALOR QUE VOCÊ PAGA DE ANUIDADE AO CRP-RJ.

Na edição anterior desta publicação, apresentamos o balanço financeiro referente ao período de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2016. Nesta edição, apresentamos o balanço final referente a todo o ano de 2016.

Conforme apresentado anteriormente, 25% de toda a receita obtida pelo CRP-RJ é repassado para o Conselho Federal de Psicologia. A receita remanescente é destinada ao pagamento da folha salarial dos funcionários, às despesas correntes – como contratos de prestação de serviços vigentes, tributos e impostos – e às ações do CRP-RJ junto às (aos) psicólogas (os) e à sociedade.

O valor da receita que venha a sobrar se torna o superávit financeiro. Esse superávit é investido em aplicação no Banco do Brasil (CDB) para ser utilizado em possíveis ações emergenciais e/ou de manutenção e expansão do CRP-RJ.

De 2010 a 2014, acumulamos R\$ 5.051.712 de superávit. A partir de 2015, começamos a usar o valor dessa aplicação para obra emergencial no prédio da sede do CRP-RJ (na Tijuca) e para as obras de reforma da nova sede (no Centro do Rio) e das subdesdes da Baixada (em Nova Iguaçu) e da Região Serrana (em Petrópolis). Esses recursos também foram utilizados na modernização do mobiliário da sede e das subdesdes.

Iniciamos 2016 com R\$ 4.554.576 aplicados em CDB. A receita do CRP-RJ no ano de 2016 foi de R\$ 11.488.366. Desse valor, R\$ 2.774.688 foram repassados ao CFP, nos deixando uma receita líquida de R\$ 8.713.679. Considerando-se o valor de R\$ 4.554.576 de superávit dos anos anteriores, as receitas líquidas do CRP-RJ em 2016 somaram R\$ 13.268.255.

Desse valor, despendemos R\$ 5.224.632 com a folha de pagamento e R\$ 7.336.510 com a manutenção das atividades do Conselho, tais como pagamento de contas, tributos e contratos. Esse valor também foi utilizado para custear importantes ações do CRP-RJ voltadas à categoria e à sociedade, tais como: a “Oficina de Psicologia para Gestão Integral de Riscos e Desastres”, realizada em janeiro de 2016 no Centro do Rio; os 24 Pré-Congressos Regionais de Psicologia (que aconteceram por todas as regiões do estado do Rio entre fevereiro e abril de 2016); o 9º Congresso Regional de Psicologia (COREP), realizado em abril/maio, no Rio de Janeiro; os Seminários “Psicologia nas Escolas”, de Assistência Social, de Direitos Humanos e de “Políticas Públicas da Região Serrana”, realizados, respectivamente, em junho e julho do ano passado; a 10ª edição da Mostra Regional de Práticas em Psicologia (também em julho); e diversos outros eventos promovidos pelo CRP-RJ na sede e

também nas regiões de abrangência das subdesdes.

Apesar de termos fechado o ano com saldo de R\$ 707.113,00 em caixa, cabe ressaltar que, em virtude da grave crise econômica que atravessa o Brasil, estamos com uma inadimplência de 33,5% das contribuições.

Fique em dia com o CRP-RJ!

Vale lembrar que é por meio do pagamento das anuidades, única fonte de arrecadação financeira do CRP-RJ, que podemos garantir o funcionamento administrativo do Conselho e de nossas atividades em prol da Psicologia, da sociedade e de você, psicóloga (o). Por isso, é fundamental que você mantenha o pagamento da anuidade em dia.

O não pagamento da anuidade pode lhe deixar em situação irregular para o seu exercício profissional ou de sua empresa. Para garantir uma prática com ética e qualidade, acesse <www.crprj.org.br> e saiba como ficar em dia com o CRP-RJ!

Em caso de dúvida ou se tiver em atraso com sua(s) anuidade(s), envie e-mail para cobranca@crprj.org.br que um funcionário do CRP-RJ irá ajudá-la (o). ●



COMISSÃO REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS (CRDH)

A Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ constituiu-se tendo como coordenadores Roberto Stern (CRP 05/1700), conselheiro, e José Novaes (CRP 05/980), colaborador.

A CRDH mantém uma estrutura por eixos temáticos, que são sete: Eixo de Laicidade, coordenado pelo conselheiro José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/18767); Eixo de Relações Raciais, coordenado pela conselheira Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929); o eixo de Diversidade Sexual e de

Gênero, coordenado pela colaboradora Maiara Fafini (CRP 05/43721); o eixo de Violência de Estado, coordenado pela colaboradora Ana Cláudia Camuri (CRP 05/37443); o Eixo de Direitos Humanos e Socioeducação, coordenado pelo conselheiro Juraci Brito (CRP 05/28409); o Eixo de Direitos Humanos e Esporte, coordenado pelo conselheiro Rodrigo Acioli (CRP 05/33761); o eixo de Mobilidade Social, Acessibilidade e Direitos Humanos, coordenado pela conselheira Janaina Sant'Anna (CRP 05/17875).

A CRDH tem acompanhado com grande preocupação a situação brasileira, com enfoque no estado do Rio de Janeiro, e intervém em vários momentos apontando em notas os ataques aos Direitos Humanos, mesmo aqueles estabelecidos legalmente. Além disso, realizando, em 28 de janeiro, o evento, bastante concorrido, no auditório da sede do CRP-RJ: “Roda de Conversa Liberdade de crença/não crença: um direito humano”.

Contato: cotec@crprj.org.br.

AVANÇOS NA REGIONALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DO CRP-RJ

A Comissão Intergestora de Regionalização e Descentralização (CIRD) do CRP-RJ informa que a mobilização das (os) psicólogas (os) no interior do estado do Rio de Janeiro se intensifica em 2017, tendo como demanda a necessidade de aproximação com o CRP-RJ, especialmente com a crise social, econômica e política que atravessa o país e estabelece um cenário de violações dos direitos sociais e trabalhistas.

Relembramos o trabalho da gestão do CRP-RJ com a realização, no primeiro trimestre de 2016, de 24

Pré-Congressos Regionais de Psicologia em todas as regiões do estado do Rio, o que fomentou a expressiva participação de psicólogas (os) do interior no 9º Congresso de Regional de Psicologia (COREP).

Nas deliberações do 9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP), houve o indicativo de que as Comissões de Interiorização fossem instituídas como permanentes nos Conselhos Regionais de Psicologia.

Nas reuniões mensais da CIRD, na sede do CRP-RJ, definimos as

(os) psicólogas (os) colaboradoras (es) que representarão o CRP-RJ como Pontos Focais nas regiões do Sul Fluminense, Leste Fluminense e Região dos Lagos. Outro avanço é construção da Resolução da CIRD, que institui essa política e regulamenta os trabalhos da Comissão no CRP-RJ.

Nosso planejamento para 2017 prevê entregas de carteiras itinerantes, eventos temáticos e apoio às atividades do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro.

Contato: cotec@crprj.org.br.

COMISSÃO REGIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CRPPP)

Em 11 de fevereiro, foi realizada, na sede do CRP-RJ, a Oficina de Planejamento do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro com a participação da CRPPP e da Comissão de Saúde do CRP-RJ.

No período da manhã, houve a contribuição da professora da pós-graduação em História da UFF Virgínia Fontes, que realizou uma análise de conjuntura destacando o cenário de golpe jurídico-parlamentar vigente no Brasil. Ela destacou o risco da “segmentação ou dessolidarização geracional”, ou seja, setores de trabalhadores que, isolados em suas demandas específicas, se posicionam perversamente alheios à demanda de trabalhadores que estejam fora de sua faixa geracional.

Em seguida, houve intervenções de diversos participantes, entre

eles Alexandre Vasilenskas (CRP 05/30741), psicólogo representante do CRP-RJ no Conselho Estadual de Saúde, e Maiara Fafini (CRP 05/43721), psicóloga coordenadora do Eixo de Diversidade Sexual e de Gênero da Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ.

Na parte da tarde, foi realizado um balanço das atividades realizadas em 2016 e a definição de estratégias, prioridades e atividades para o ano de 2017.

Informes do Controle Social

Informamos abaixo as seguintes alterações em representações do CRP-RJ no Controle Social.

Instituições:

- Ederton Quemel Rossini (CRP 05/50.996) | Titular no Conselho Municipal do Idoso de Campos;

- Denise da Silva Gomes (CRP 05/41189) | Suplente no Conselho Municipal do Idoso de Campos;

- Simone Hang Vianna (CRP 05/50889) | Suplente no Conselho Municipal de Assistência Social e no Conselho Municipal de Saúde, ambos de Petrópolis;

- Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065) | Titular no Fórum Grita Baixada.

Destituições:

- Ismael Eduardo Machado Damas (CRP 05/42823) | Suplente no Conselho Municipal de Assistência Social de Petrópolis;

- Raphael Curioni Maia (CRP 05/47980) | Suplente no Conselho Municipal de Saúde de Petrópolis;

- Victória Guitierrez (CRP 05/20157) | Rede de Discussão e Cuidados sobre Drogas de Petrópolis.

Contato: crppp@crprj.org.br

COMISSÃO DE ANÁLISE PARA CONCESSÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA (CATE)

O Título de Especialista é concedido pelo Conselho Federal de Psicologia dentro das 12 especialidades atualmente reconhecidas na Psicologia: Psicologia Clínica, Psicologia Escolar/Educacional, Psicologia do Esporte, Psicologia Hospitalar, Psicologia Jurídica, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Social, Psicologia de Trânsito, Psicomotricidade, Psicopedagogia, Neuropsicologia e Psicologia em Saúde.

A concessão do Título de Especialista está sujeita aos trâmites

estabelecidos pela Resolução nº 013/2007. Você pode requerê-lo de duas formas: através do Concurso de Provas e Títulos, realizado periodicamente pelo CFP, ou por meio de Curso de Especialização reconhecido pelo MEC, com mínimo de 360h/aula, conforme determina o Ofício do CFP nº 089/2016.

Vale lembrar que a (o) psicóloga (o) não é obrigada (o) a possuir Título de Especialista. Contudo, caso queira requerê-lo, é necessário: (a) possuir no mínimo 2 (dois)

anos de registro no CRP; (b) não possuir anuidades em aberto junto ao CRP; e (c) não estar respondendo a processo ético-disciplinar no CRP.

Mais informações estão disponíveis na seção **Orientação Profissional** de nosso site pelo link: <www.crprj.org.br/site/orientacao-profissional/>.

Contato: administrativo.cotec@crprj.org.br.

18 de maio

Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Mobilize-se, denuncie! Basta ligar para o Disque-Denúncia (digite 100): a ligação é gratuita, a denúncia é anônima!



17 de maio

Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia



CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO DE JANEIRO

www.crpj.org.br

[f/crpj](https://www.facebook.com/crpj)

[t/crpj](https://twitter.com/crpj)

[/realcrpj](https://www.youtube.com/channel/UC...)